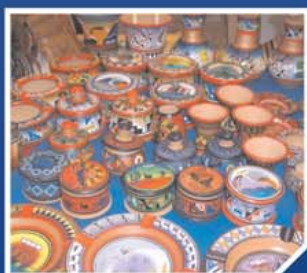
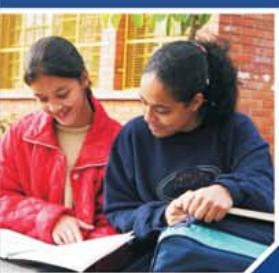


SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

MERCOSUL SOCIAL E PARTICIPATIVO

Construindo o Mercosul dos povos
com democracia e cidadania



MERCOSUL

SOCIAL E PARTICIPATIVO

Construindo o Mercosul dos povos
com democracia e cidadania

Mercosul Social e Participativo – Construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania é uma publicação da Secretaria-Geral da Presidência da República, elaborada pela Assessoria para Assuntos Internacionais, nos marcos do **Programa Somos Mercosul**.

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministro de Estado-Chefe Luiz Soares Dulci

Assessoria para Assuntos Internacionais

Renato Martins, Carolina Albuquerque, Maria Cristina Sampaio Lopes, Nelma Carneiro e Tereza P. Batista

Assessoria de Comunicação

Dorian Vaz, Janaína Santos e Frances Mary Coelho

Jornalista Responsável

Dorian Vaz/MG04541JP

Créditos das Fotos

Aldo Dias/Ministério do Esporte

Instituto Marista de Solidariedade

IPEA/Divulgação

MEC/Divulgação

Tamires Kopp/MDA

Ubirajara Machado/MDA

Ney Carlos

Henrique Mattos

Bruno Spada/MDS

Victor Soares/MTE

Banco Palma/Divulgação

José Rosa/MTb

MMA/Divulgação

Adriano Machado

ProJovem/Divulgação

Claudia Ferreira/SEPM

Min. do Esporte/Divulgação

SECOM-PR/Divulgação

Marco Antonio Gaspar

Paulo Roberto Palhano

Parceria

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

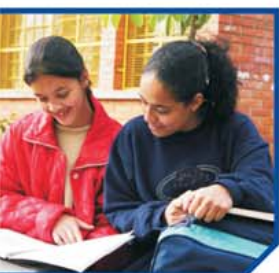
Ministério das Relações Exteriores

Patrocínio

Petrobras S./A.

MERCOSUL SOCIAL E PARTICIPATIVO

Construindo o Mercosul dos povos
com democracia e cidadania



1ª edição
Brasília, 2007

Equipe editorial

Acompanhamento editorial
Keila Mariana de A. Oliveira

Preparação de originais e revisão
Danúzia M^a Queiroz Cruz Gama
Keila Mariana de A. Oliveira

*Capa, projeto gráfico
e editoração eletrônica*
Tony Costa

Acompanhamento gráfico
João Pedro Kaempf

Impresso no Brasil

É permitida a reprodução total ou parcial,
de qualquer forma ou por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

Mercosul Social e Participativo: Construindo o Mercosul dos povos com democracia e cidadania.
– Brasília : Ibraes, 2007.

108 p.

ISBN 978-85-61308-00-1 – Ibraes

1. Participação, inclusão social e democracia. 2. Saúde, educação e cultura. 3. Meio ambiente, reforma agrária, economia solidária e cooperativismo. 4. Investimento produtivo e desenvolvimento social. 5. Mulheres, direitos humanos e juventude. 6. Livre circulação, previdência social, turismo e esporte. 7. Segurança pública, descentralização e comunicação social.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO SOCIAL E DEMOCRACIA

Cúpula Social do Mercosul: alargando as fronteiras da participação social	12
Democracia e cidadania: o Parlamento do Mercosul	15
Direitos sociolaborais e integração produtiva	18
Políticas públicas para o desenvolvimento social	22

SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

Proteger a saúde dos cidadãos e das cidadãs do Mercosul	28
Integração educacional e identidades regionais	33
Mercosul constrói identidade e celebra a diversidade cultural	39

MEIO AMBIENTE, REFORMA AGRÁRIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

Integração socioambiental e cidadania no Mercosul	46
Agricultura familiar e acesso à terra reduzem a pobreza rural	50
A integração da economia solidária no Mercosul	53
O cooperativismo como fator de desenvolvimento local e regional	56

INVESTIMENTO PRODUTIVO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Focem: minimizar as assimetrias regionais	60
O sentido social da harmonização das normas técnicas	66
Responsabilidade social: um compromisso da Petrobras	69

MULHERES, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE

Reunião Especializada da Mulher: igualdade de gênero no Mercosul	74
Direitos Humanos e igualdade racial	77
Juventude conquista foro especializado no Mercosul	80

LIVRE CIRCULAÇÃO, PREVIDÊNCIA SOCIAL, TURISMO E ESPORTE

Visto de permanência amplia integração	84
O direito à previdência social no Mercosul	86
Turismo sustentável e inclusão social no Mercosul	89
O esporte como fator de inclusão social e desenvolvimento regional	91

SEGURANÇA PÚBLICA, DESCENTRALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Segurança pública com cidadania no Mercosul	96
Participação de estados e municípios estimula a descentralização	100
Comunicação social: democratizar o acesso à informação no Mercosul	104



O Mercosul foi criado no princípio da década de 1990 como um acordo de complementação comercial e, nos últimos anos, tem evoluído para uma maior integração econômica, política e social. Essa mudança é muito positiva, pois são cada vez menores as chances de os países em desenvolvimento se inserirem com êxito na economia mundial de uma forma isolada ou autárquica. Apesar das vantagens comparativas das nossas economias, a concorrência global por mercados e investimentos tornou-se mais acirrada, daí a importância de buscar maior cooperação com nossos vizinhos do Cone Sul.

Ao superar disputas geopolíticas e militares, reduzir barreiras alfandegárias e unificar a tarifa externa, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai realizaram um extraordinário avanço em prol da integração da América do Sul. As experiências anteriores na região jamais alcançaram, em extensão e profundidade, o grau de cooperação logrado entre os países do Mercosul. Esse resultado foi obtido em um prazo relativamente curto, iniciado com a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. Com o ingresso da Venezuela como membro pleno, ainda pendente de aprovação pelos Parlamntos do Brasil e do Paraguai, o Bloco passa a exibir um potencial econômico ainda mais invejável.

Com uma população de 246 milhões de habitantes, constituímos um amplo processo de integração regional. Juntos somos a primeira reserva de água potável, a terceira de petróleo e

um dos maiores produtores de alimentos do planeta. E o mais importante: vivemos em democracia e, depois de décadas de autoritarismo, aprimoramos o compromisso do Estado e da sociedade com o regime democrático, cujos princípios de liberdade, tolerância e igualdade constituem os fundamentos do Mercosul.

Nos últimos anos, o Mercosul tem experimentado um crescimento econômico e comercial bastante positivo. Os indicadores macroeconômicos revelam um Bloco muito mais sólido que no passado. Esse crescimento vem acompanhado de menor vulnerabilidade externa, disciplina fiscal e baixas taxas de inflação em todos os países-membros. Em consequência, 2006 foi o quarto ano consecutivo de crescimento comercial – tanto das exportações, quanto das importações - com saldo favorável com o resto do mundo.

O fluxo de comércio intrabloco também vem crescendo de forma consistente, tendo mais que dobrado no triênio 2003-2005, superando o recorde histórico de 21 bilhões de dólares em 2006. Mesmo assim os críticos do Mercosul não reconhecem os avanços da integração. Na realidade, o Bloco já representa, ao lado de outros mercados emergentes, uma opção importante de comércio externo, o que contribui para diminuir a histórica dependência da América Latina em relação aos países ricos. Isso não significa que ajustes não sejam necessários. Ao contrário, há muito por fazer,

sobretudo em relação às áreas produtiva, social e participativa, fundamentais para intensificar o grau de integração. Para que o Mercosul se converta em um compromisso efetivo das sociedades, é preciso aprofundar a integração por meio da cultura, da educação, da saúde, do trabalho e das demais dimensões socioculturais. A dívida social dos países latino-americanos agravou-se ainda mais na década de 1990 em virtude das políticas de corte neoliberal. Apesar de resistências políticas e econômicas, o avanço da democracia participativa na América Latina tem contribuído para a superação daquele modelo. Obviamente persistem carências não solucionadas, cujas causas históricas e estruturais requerem um esforço prolongado de superação.

Para romper o ciclo da pobreza são necessárias políticas públicas de distribuição de renda, geração de emprego, saúde, educação, saneamento básico, entre outras. É verdade que o Mercosul ainda não estabeleceu políticas regionais para todas essas áreas e somente agora está deixando de ser um acordo comercial para se converter em uma área de efetiva integração produtiva e social. No entanto, como se verá nesta publicação, já existe um conjunto de acordos, normas e regulamentos que favorece o desenvolvimento sustentável e a integração social.

A participação da sociedade civil é outro aspecto importante para a consolidação da integração regional. Preocupada em superar o *déficit* de participação social existente no Mercosul, desde 2005 a Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil realiza um programa destinado a aproximar o Mercosul da sociedade

brasileira. Já ocorreram cinco "Encontros com o Mercosul" – em Belém, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza e Salvador – com a participação de centenas de representantes dos mais variados segmentos da sociedade civil brasileira.

Na reunião presidencial de 2007, no Rio de Janeiro, os chefes de Estado declararam apoio à I Cúpula Social do Mercosul e recomendaram sua continuidade. A Cúpula Social, também coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, reuniu mais de quinhentos representantes dos movimentos sociais da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela, quando foram identificados os principais pontos pendentes da agenda social do Mercosul. A Declaração Final entregue aos presidentes contém valiosas sugestões dos movimentos sociais para políticas a serem implementadas no Mercosul.

Esta publicação do governo brasileiro faz um balanço do Mercosul social e participativo, sistematiza informações dispersas e avalia a situação atual das conquistas sociais na região. Seguimos trabalhando cada vez mais inspirados pelas palavras do presidente Lula: "O nosso Bloco, a exemplo do que ocorreu com a União Européia, tem diante de si o grande desafio da legitimidade. Devemos dar especial atenção a todos os temas que constituem a agenda da cidadania do Mercosul".

Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO SOCIAL E DEMOCRACIA



1

Cúpula Social do Mercosul:
alargando as fronteiras da participação social

Democracia e cidadania:
o Parlamento do Mercosul

Direitos sociolaborais e integração produtiva

Políticas públicas
para o desenvolvimento social

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL: ALARGANDO AS FRONTEIRAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Novos atores sociais
afirmam-se como protagonistas
do processo de integração

O Mercosul nasceu com vocação para ser bem mais que um acordo comercial. A vontade política de cooperação entre os Estados sempre correspondeu ao desejo de participação das sociedades civis. Ao catalisar essa energia da sociedade, a I Cúpula Social do Mercosul, realizada em dezembro de 2006, em Brasília, constituiu um marco na construção do Mercosul cidadão.

Coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, a I Cúpula Social contou com a presença de lideranças de diversos setores, como educação, saúde, juventude, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizações de mulheres, ambientalistas, povos indígenas, trabalhadores sem-terra, centros de cultura, organizações de direitos humanos, pequenas e médias empresas, cooperativas, organizações da economia solidária, entre outras.

Mais de quinhentos representantes dos movimentos sociais dos países-membros aprovaram a Declaração Final, posteriormente entregue aos presidentes. O diálogo social na esfera regional aproxima o Mercosul do dia-a-dia da população e contribui para dar maior transparência e efetividade às decisões governamentais.

No Brasil, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva mantém uma prática permanente de diálogo com a sociedade civil. De janeiro de 2003 até dezembro de 2007 foram realizadas 48 Conferências Nacionais, todas em parceria com a sociedade civil. Mais de 2 milhões de brasileiros participaram das etapas preparatórias desses encontros. A partir das Conferências, diversos programas e políticas públicas foram adotados, entre eles, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS).

A participação social é uma marca do governo brasileiro muito presente na construção das políticas públicas. A Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil tem atribuição de ser o órgão interlocutor com a sociedade civil. Além das Conferências, outros avanços concretos foram obtidos por meio da participação social.

Os trabalhadores urbanos, por exemplo, conquistaram o direito de negociar diretamente com o governo federal o valor do salário mínimo, o que possibilitou um aumento real de 26,02% do salário mínimo entre 2003 e

2007. Os trabalhadores do campo construíram coletivamente com o governo federal o Plano Safra da Agricultura Familiar, que destinou R\$ 12 bilhões para o setor em 2007/2008.

A experiência de participação social no Mercosul também pode progredir e aperfeiçoar-se. Os presidentes dos Estados Partes decidiram que, a partir deste ano, as cúpulas sociais devem se repetir, sempre nos marcos das reuniões presidenciais do Bloco, com o apoio da Presidência Pro Tempore de turno.

Somos Mercosul

Os antecedentes da I Cúpula Social remontam ao lançamento do Programa Somos Mercosul, em 2005, durante a Presidência Pro Tempore uruguaia. Diferentemente do que se viu nos anos 1990, quando os acordos de livre comércio ditavam o sentido da integração regional, a iniciativa Somos Mercosul corresponde ao atual estágio do Bloco, muito mais preocupado com a integração das cadeias produtivas, a superação das assimetrias regionais e a implementação de políticas sociais, sempre com a participação das sociedades civis.

Em Córdoba, na Argentina, onde ocorreu o I Encontro por um Mercosul Produtivo e Social, as organizações sociais reuniram-se pela primeira vez nos marcos de uma reunião presidencial e formularam as bases do que viria a ser a agenda do Mercosul Produtivo e Social. Aquele precedente foi importante para que, em dezembro de 2006, fosse convocada a I Cúpula Social do Mercosul, iniciativa que resultou de uma parceria entre as organizações sociais, o

*O diálogo social
na esfera regional aproxima
o Mercosul
do dia-a-dia da população
e contribui para
dar maior transparência
e efetividade às
decisões governamentais*

Foro Consultivo Econômico e Social, a antiga Comissão Parlamentar Conjunta – atual Parlamento do Mercosul – e a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul.

Com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil na fase preparatória do evento, as organizações sociais tiveram acesso às informações dos diferentes órgãos do governo federal que atuam no Mercosul. Isso permitiu uma dinâmica bastante participativa que se refletiu no adensamento da cultura democrática e no amadurecimento dos debates políticos. Ao ser aperfeiçoada no futuro, essa experiência trará ganho democrático expressivo para o Mercosul.

A I Cúpula Social identificou os itens pendentes da agenda social e, a partir do ponto de vista dos movimentos sociais, formulou propostas para a integração. A maior participação social, o acesso às informações e a divulgação dos documentos oficiais (desclassificação) foram as demandas centrais da sociedade civil.

Lê-se na Declaração Final:

“Propomos que os governos apóiem e estimulem a participação direta das organizações da sociedade civil em todos os Subgrupos de Trabalho e nas Reuniões Especializadas do Mercosul, e que sejam criados mecanismos para incorporá-las como observadoras no Grupo Mercado Comum (GMC) e no Conselho Mercado Comum.”

Como se verá em seguida, já existem diversos espaços institucionais de participação e diálogo social, mas eles podem e devem ser aperfeiçoados.

Em dezembro de 2007 ocorrerá uma nova edição da Cúpula Social do Mercosul, desta vez no Uruguai. O Programa Somos Mercosul terá completado um ciclo e regressará a seu país de origem. Há uma grande expectativa dos movimentos sociais de que suas sugestões possam incidir sobre as decisões governamentais, contribuindo efetivamente para o futuro do Bloco.

A I Cúpula Social do Mercosul identificou os itens pendentes da agenda social e, a partir do ponto de vista dos movimentos sociais, formulou propostas para a integração

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final

Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Nossas conclusões expressam o consenso alcançado pelas delegações presentes e visam o fortalecimento da agenda social e da participação cidadã no Mercosul. Os movimentos e organizações sociais e populares devem participar e incidir efetivamente no processo decisório do Mercosul. Propomos, para tanto, a continuidade dessas experiências, de modo que as Cúpulas Sociais sejam, a partir de agora, apoiadas pelas Presidências Pro Tempore como uma atividade permanente do movimento social, sempre realizadas nos marcos das Reuniões Presidenciais do Mercosul. Propomos ainda que os governos apóiem e estimulem a participação direta das organizações da sociedade civil em todos os Subgrupos de Trabalho e nas Reuniões Especializadas do Mercosul, e que sejam criados mecanismos para incorporá-las como observadoras no Grupo Mercado Comum (GMC) e no Conselho Mercado Comum (CMC).”

DEMOCRACIA E CIDADANIA: O PARLAMENTO DO MERCOSUL

Criação do Parlamento do Mercosul fortalece integração política

A integração latino-americana responde a uma aspiração histórica dos povos da América do Sul. Além de um acordo de complementação econômica e comercial, o Mercosul também expressa um desejo de integração política.

Nos anos oitenta, com o fim dos regimes autoritários, foram dados passos importantes para a renovação da integração latino-americana. Posteriormente, nos anos noventa, o ideal integracionista refluuiu diante dos tratados de livre comércio para ingressar, na década atual, revigorado pelo advento do Mercosul produtivo e social. Em meio a essa trajetória, a criação do Parlamento do Mercosul representa um passo importantíssimo para a integração política, o aprofundamento da democracia e o fortalecimento da participação social no Mercosul.

A criação do Parlamento do Mercosul ocorreu em sessão extraordinária do Congresso

Nacional do Brasil, realizada em Brasília, no dia 14 de dezembro de 2006, e sua sessão inaugural aconteceu no Uruguai, em maio de 2007. Nessa oportunidade, tomaram posse os parlamentares do Mercosul – nove deputados e nove senadores por país – indicados pelos Parlamentos da Argentina, do Brasil, do Paraguai, da Venezuela e do Uruguai. As sessões seguintes foram dedicadas, principalmente, à definição da agenda política do novo órgão e à aprovação de seu Regimento Interno.

A partir de agora, os povos do Mercosul contam com um fórum de representação política e poderão se expressar em audiências públicas, sempre que assim o desejarem, sobre os temas relacionados à integração regional.

O Poder Legislativo e a integração regional

O processo de integração política teve início com a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, cujo artigo 24 estabeleceu a constituição da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, órgão criado com o objetivo de inserir o Poder Legislativo na dinâmica da integração regional.

A Comissão Parlamentar, composta por representantes dos Parlamentos dos Estados Partes, foi sendo consolidada ao longo de 12 anos até tornar-se o braço político da integração do Bloco, estabelecendo os vínculos entre os parlamentos nacionais e os âmbitos decisórios do Mercosul, notadamente o Conselho Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum.

*O Parlamento
foi criado com competência
definida e será um instrumento
valioso para acelerar
a incorporação dos acordos
e das normas
regionais no ordenamento
jurídico nacional*

Em 2003, teve início uma nova etapa da integração política, quando, por intermédio da Comissão Parlamentar Conjunta, se passou a agilizar a tramitação nos Congressos Nacionais das matérias relacionadas ao Mercosul que exigem aprovação legislativa para incorporação no ordenamento jurídico dos países-membros. Com isso ganhou relevo o papel da Comissão Parlamentar e dos Congressos Nacionais no processo de integração regional. Abriu-se, assim, o caminho para a constituição do Parlamento do Mercosul.

Cláusula Democrática

Nos marcos da integração política merece destaque a adoção da Cláusula Democrática, mecanismo institucionalizado pelo Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, assinado pelos presidentes dos seis países em 1998.

O Protocolo estabelece que "a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de

integração entre os países-membros". Determina ainda a realização de consultas no caso de ruptura da ordem democrática em um dos Estados Partes, bem como a aplicação de sanções, que podem chegar à suspensão dos direitos de participação do Estado afetado. O Protocolo de Ushuaia é, portanto, fator de equilíbrio político e garantia democrática dos países do Bloco contra ingerências externas.

Parlamento do Mercosul

Na primeira etapa, que vai de 31 de dezembro de 2006 a 31 de dezembro de 2010, os parlamentares são indicados pelos Congressos Nacionais. Após 2010, eles serão eleitos diretamente pelo voto popular; e, a partir de 2014, as eleições passarão a ocorrer no mesmo dia em todos os Estados Partes. Participaram da primeira sessão do Parlamento representantes da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela. Por enquanto, os venezuelanos têm direito à voz. Quando o protocolo de adesão da Venezuela for aprovado por todos os Estados Partes, eles serão incorporados plenamente.

A integração política não é de natureza decorativa. Ao contrário, o Parlamento foi criado com competência definida e será um instrumento valioso para acelerar a incorporação dos acordos e das normas regionais no ordenamento jurídico nacional. Conforme estabelecido pelo Protocolo Constitutivo,

“O Parlamento elaborará pareceres sobre todos os projetos de normas do Mercosul que requeiram aprovação legislativa em um ou vários Estados Partes, em um prazo de noventa

dias (90), a contar da data da consulta. Tais projetos deverão ser encaminhados ao Parlamento pelo órgão decisório do Mercosul, antes de sua aprovação.”

O regimento prevê procedimentos cabíveis no caso de os prazos não serem cumpridos.

Em 2008, o Parlamento do Mercosul terá uma dotação orçamentária de US\$ 1 milhão. Desse total, o Brasil contribuirá com US\$ 250 mil, mesma quantia prevista para cada um dos outros três integrantes plenos do Bloco. Caso seja aprovada a adesão da Venezuela, o país participará com outros US\$ 250 mil. A indicação dos integrantes das dez comissões permanentes do Parlamento do Mercosul concluiu a fase de instalação do novo órgão legislativo regional.

São competências do Parlamento do Mercosul:

- Velar pela observância das normas do Mercosul.
- Velar pela preservação do regime democrático nos Estados Partes.
- Relatar anualmente a situação dos direitos humanos nos Estados Partes.

- Solicitar informações aos órgãos decisórios do Mercosul.

- Receber, ao final de cada semestre, da Presidência Pro Tempore de turno, relatório sobre as atividades realizadas durante o referido período.

- Receber, ao início de cada semestre, programa de trabalho da Presidência Pro Tempore de turno com os objetivos e as prioridades previstos para o semestre.

- Realizar reuniões públicas e com o Foro Consultivo Econômico Social.

- Propor projetos de normas do Mercosul para consideração pelo Conselho do Mercado Comum.

- Elaborar estudos e anteprojetos a fim de promover a harmonização das legislações nacionais dos Estados Partes.

- Aprovar e modificar seu Regimento Interno.

I Cúpula Social do Mercosul

Declaração Final

Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Saudamos a criação do Parlamento do Mercosul e assumimos o compromisso de subsidiar essa instituição política com os indispensáveis aportes dos movimentos sociais, na perspectiva de construção de um Mercosul democrático e participativo. Enfatizamos a necessidade de a composição do Parlamento do Mercosul ter a participação igualitária de homens e mulheres e de sua agenda incluir, com a ênfase necessária, os temas da igualdade de gênero, da igualdade étnico-racial e dos direitos humanos.”

DIREITOS SOCIOLABORAIS E INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

Geração de emprego,
qualificação da mão-de-obra
e conquistas trabalhistas
no Mercosul

As questões trabalhistas foram o primeiro tema social tratado no âmbito do Mercosul por sofrerem diretamente os impactos negativos da liberalização comercial.

O pioneirismo do setor produtivo traduziu-se, desde muito cedo, na constituição de espaços institucionais voltados para os problemas ligados às relações sociais de produção, à geração de emprego e às condições de trabalho no Mercosul, de modo que, já em 1991, foi criado um Subgrupo de Trabalho específico para esses temas, o SGT Nº 10 (Assuntos laborais, emprego e seguridade social).

Desde o princípio, o movimento sindical latino-americano posicionou-se a favor do Mercosul, diferentemente do que se deu em outras regiões, onde setores importantes do sindicalismo hesitaram em apoiar os acordos de integração. A Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone

Sul – entidade regional criada em 1986 pelas centrais da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai – foi uma das organizações pioneiras na defesa da integração das cadeias produtivas, da geração de emprego e dos direitos sociais e trabalhistas no Mercosul. As associações nacionais empresariais também se engajaram no processo de integração produtiva.

Com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, foi criado o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), vinculado ao Conselho Mercado Comum. Tanto o SGT Nº 10 quanto o FCES representam um importantíssimo avanço institucional para a construção do Mercosul produtivo e social.

Tripartismo e diálogo social

Desde o início, o SGT Nº 10 organizou-se de forma tripartite, com participação dos governos e dos representantes dos setores produtivos. No Brasil, são as Confederações Nacionais e as Centrais Sindicais que representam, respectivamente, o setor empresarial e os sindicatos de trabalhadores urbanos nesse espaço institucional. O SGT Nº 10 tem a atribuição de refletir e propor políticas regionais a respeito de emprego, legislação trabalhista e aplicação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Mercosul.

Compete igualmente ao SGT Nº 10 monitorar a evolução do mercado de trabalho, realizar pesquisas sobre a situação dos trabalhadores migrantes e fronteiriços e promover ações sobre qualificação e formação profissional, saúde e segurança no trabalho, inspeção do trabalho e

seguridade social. Para cumprir sua missão, o SGT Nº 10 possui o apoio técnico do Observatório do Mercado de Trabalho, instituído com essa finalidade.

Foro Consultivo Econômico Social (FCES)

O Foro Consultivo Econômico Social (FCES), criado pelo Protocolo de Ouro Preto, em dezembro de 1994, é um órgão de representação dos setores econômicos e sociais, integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte. O órgão tem função consultiva e manifesta-se mediante recomendação ao Grupo Mercado Comum ou, por iniciativa própria, em decisões por consenso. No Regimento Interno criaram-se seções nacionais que, em conjunto, constituem o Fórum Regional.

O FCES tem por atribuição acompanhar, analisar e avaliar o impacto econômico e social derivado das políticas de integração. Também é responsável por sugerir normas e políticas econômicas e sociais em matéria de integração e contribuir para maior participação da sociedade civil. O Plenário do FCES, seu principal órgão de decisão, é composto por 36 integrantes, sendo nove de cada país – quatro trabalhadores, quatro empregadores e um representante do "terceiro setor". Hoje se discute formas de incorporar novos atores sociais ao FCES.

Respeito à legislação trabalhista

Duas decisões relativas à inspeção do trabalho no Mercosul foram aprovadas. A primeira, a

*Tanto o SGT Nº 10
quanto o FCES
representam um
importantíssimo avanço
institucional
para a construção
do Mercosul produtivo
e social*

respeito das "Condições Mínimas do Procedimento de Inspeção do Trabalho no Mercosul" (Dec. 32/2006), visa a adotar procedimentos de inspeção homogêneos que assegurem um controle eficaz das normas trabalhistas nacionais vigentes nos quatro Estados Partes; a segunda, a respeito dos "Requisitos Mínimos do Perfil do Inspetor do Trabalho no Mercosul" (Dec. 33/2006), estabelece o grau de escolaridade desse profissional e a realização de concurso público para sua contratação. O prazo para que ela seja implementada nos países-membros é até 2010.

Está prestes a se realizar uma experiência-piloto de aplicação da decisão acerca das "Condições Mínimas de Procedimentos de Inspeção do Trabalho no Mercosul". As cidades escolhidas para o teste foram Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). Os Planos Regionais de Inspeção do Trabalho e de Erradicação do Trabalho Infantil são outros dois importantes componentes da estratégia de acompanhamento do mercado de trabalho no Mercosul.

Geração de emprego

Em dezembro de 2004 foi criado o Grupo de Alto Nível de Emprego (Ganemple) para elaborar uma "Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego". O grupo é integrado pelos ministérios responsáveis pelas políticas econômicas, industriais, trabalhistas e sociais dos países-membros. O Ganemple conta com a participação da Comissão Sociolaboral do Mercosul e das organizações de empresários e trabalhadores que integram as seções nacionais do Fórum Consultivo Econômico e Social.

O Ganemple tem por diretriz apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, das cooperativas de produção e de empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária, por meio da integração de cadeias produtivas em escala regional. O Grupo busca criar as condições para que os investimentos, públicos e privados, se orientem para os setores estratégicos da economia, como o de infra-estrutura, capazes de gerar mais e melhores empregos.

Declaração Sociolaboral do Mercosul

A Declaração Sociolaboral do Mercosul, aprovada em 1997, estabelece um conjunto de princípios e direitos na área do trabalho. O objetivo da Declaração é resgatar os compromissos já assumidos pelos Estados Partes nos fóruns internacionais, para estabelecer marcos jurídicos adequados à promoção dos direitos essenciais dos trabalhadores do Bloco.

Entre outras áreas consideradas pela Declaração Sociolaboral do Mercosul, estão:

Liberdade de associação: os Estados Partes comprometem-se a assegurar, mediante dispositivos legais, o direito à livre associação, abstendo-se de qualquer ingerência na criação e na gestão das organizações constituídas, além de reconhecer sua legitimidade na representação e na defesa dos interesses de seus membros.

Liberdade sindical: os trabalhadores e as trabalhadoras deverão gozar de adequada proteção contra todo ato de violação do direito à liberdade sindical com relação a seu emprego.

Direito de greve: os trabalhadores e as trabalhadoras têm garantido o exercício do direito de greve conforme disposto nas legislações nacionais; a regulação desse direito não poderá desvirtuar sua finalidade.

Diálogo social: os Estados Partes comprometem-se a fomentar o diálogo social nos âmbitos nacional e regional, instituindo mecanismos de consulta permanente entre representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores.

A Declaração Sociolaboral do Mercosul refere-se a um conjunto de direitos sobre a proteção dos desempregados, da formação profissional, da saúde e da segurança do trabalhador, da eliminação do trabalho forçado, do direito dos trabalhadores migrantes, da erradicação do trabalho infantil e da promoção da igualdade de raça, origem nacional, cor, sexo, orientação sexual, credo e idade.

Comissão Sociolaboral do Mercosul (CSL)

A Comissão Sociolaboral do Mercosul (CSL) foi criada em 1999 com o objetivo de fomentar e acompanhar a aplicação da Declaração Sociolaboral do Mercosul. É integrada por representantes dos governos, dos sindicatos de trabalhadores e das associações empresariais. Tem a missão de apoiar os trabalhos do Grupo Mercado Comum (GMC) – com caráter promocional e não sancionador – e é dotada de instâncias nacional e regional. São atribuições da Comissão Sociolaboral:

- Examinar, comentar e encaminhar as memórias preparadas pelos Estados Partes, decorrentes dos compromissos dessa Declaração.
- Formular planos, programas de ação e recomendações tendentes a fomentar a aplicação e o cumprimento da Declaração.
- Examinar observações e consultas sobre dificuldades e incorreções na aplicação e no cumprimento dos dispositivos contidos na Declaração.
- Examinar dúvidas sobre a aplicação dos termos da Declaração e propor esclarecimentos.
- Elaborar análises e relatórios sobre a aplicação e o cumprimento da Declaração.
- Examinar e apresentar as propostas de modificação do texto da Declaração e dar-lhes o encaminhamento pertinente.

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final

Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Ressaltamos a centralidade da agenda do emprego e do trabalho decente para a estratégia de desenvolvimento e crescimento do Mercosul. Para tanto, propugnamos pelo cumprimento da Declaração Sociolaboral do Mercosul e por garantias efetivas de funcionamento do Observatório do Mercado de Trabalho, de modo que sejam executadas as diretrizes da Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego. A articulação das cadeias produtivas, com o objetivo de gerar condições de criação de empresas e empregos dignos, e o respeito e cumprimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras constituem os parâmetros essenciais dessa estratégia. Exortamos os governos a agilizar e simplificar a regulamentação da circulação de trabalhadoras e trabalhadores no Mercosul; criar mecanismos de harmonização entre os países que garantam os direitos previdenciários; implementar o Plano Regional de Inspeção do Trabalho; acelerar a harmonização das Normas sobre Higiene e Segurança no Trabalho e o Plano Regional para a Erradicação do Trabalho Infantil e a plena incorporação das pessoas com deficiência. Defendemos o direito à organização sindical de acordo com as normas internacionais do trabalho.”

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Combater
a exclusão social
no Mercosul

O Mercosul foi criado em meio a uma prolongada crise econômica, política e social enfrentada pelos países do Cone Sul ao final dos regimes autoritários. O Tratado de Assunção estabeleceu como um dos objetivos do processo de integração "melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região" com ênfase no "desenvolvimento econômico com justiça social".

Nos anos noventa, porém, essa preocupação foi subordinada à dinâmica comercial da integração. No Brasil, a carência de investimento social que caracterizou o período fez com que piorassem as já insatisfatórias condições de vida da população. Para que a dívida social dos países do Mercosul seja superada, é necessário garantir a implementação de políticas públicas regionais de combate à pobreza e à exclusão.

Atualmente, o Brasil vem conseguindo vencer a batalha contra a extrema pobreza e a desigual-

dade. O Programa Bolsa Família, por exemplo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é hoje uma realidade que atende a mais de 11 milhões de famílias em todas as regiões do país, beneficiando cerca de 40 milhões de pessoas.

Para romper o ciclo da pobreza, os programas de transferência de renda devem ser acompanhados pela recuperação do poder de compra dos salários mínimos, pela geração de emprego, pela qualificação da mão-de-obra e pelas políticas públicas nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, entre outras.

É verdade que o Mercosul ainda não estabeleceu políticas regionais para todas essas áreas, pois só agora o Bloco está se tornando efetivamente uma área de integração social. No entanto, inúmeros acordos já aprovados têm como objetivo o desenvolvimento social e a coordenação de políticas públicas.

Mercosul Social

A Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados (RAMDS), realizada desde 2001, visa a fortalecer o desenvolvimento social e dar prioridade às ações de combate à pobreza na região. Trata-se de um espaço institucional para o intercâmbio de experiências e coordenação política entre os países-membros e associados em matéria de desenvolvimento social. O Mercosul Social, como é denominada a reunião, originou-se da percepção da falta de coordenação das políticas sociais na região.

Coube à Secretaria de Desenvolvimento Social da Argentina a iniciativa de propor a discussão dessa questão ao realizar, em junho de 1997, a primeira reunião de ministros de desenvolvimento social dos países-membros. Nessa oportunidade, foram identificados temas prioritários para o intercâmbio de experiências.

Em junho de 2000, os presidentes aprovaram a Carta de Buenos Aires, com o "Compromisso Social no Mercosul, Bolívia e Chile". O documento estimula as autoridades competentes a

“fortalecer o trabalho conjunto entre os seis países, assim como o intercâmbio de experiências e informações, a fim de contribuir para a superação dos problemas sociais

*O Mercosul Social
originou-se
da percepção da falta
de coordenação
das políticas sociais
na região*

mais agudos que os afetam e para definir os temas ou áreas onde seja viável uma ação coordenada ou complementar para solucioná-los.”

Compromisso Social no Mercosul, Bolívia e Chile

Na Carta de Buenos Aires, assinada em junho de 2000, os presidentes dos Estados-Partes, mais a Bolívia e o Chile, estabeleceram o compromisso social e concordaram em "reconhecer a responsabilidade primordial do Estado na formulação de políticas destinadas a combater a pobreza e outros flagelos sociais e apoiar as ações da sociedade civil voltadas para o mesmo objetivo". Eles decidiram

“Instruir as respectivas autoridades nacionais competentes a fortalecer o trabalho conjunto entre os seis países, assim como o intercâmbio de experiências e informações a fim de contribuir para a superação dos problemas sociais mais agudos que os afetam e para a definição dos temas ou áreas onde seja viável uma ação das autoridades responsáveis em matéria de desenvolvimento social.”

Finalmente, determinaram que

“O Fórum de Consulta e Concertação Política do Mercosul, Bolívia e Chile efetue o seguimento das orientações e linhas de ação contidas na presente Carta, promovendo a institucionalização de uma reunião das autoridades responsáveis em matéria de desenvolvimento social.”

*A criação
do Instituto Social
do Mercosul (ISM)
visa à implementação
de políticas
e programas sociais
na região*

Os presidentes decidiram também institucionalizar uma reunião das autoridades responsáveis pela área de desenvolvimento social. Em março de 2001, realizou-se oficialmente a 1ª RMADS. A partir de então, as reuniões passaram a ocorrer semestralmente, sediadas no país que exerce a Presidência Pro Tempore do Mercosul.

Indicadores sociais e Instituto Social

O Sistema Estatístico de Indicadores Sociais (Seis) e o Instituto Social do Mercosul (ISM) constituem duas instâncias notáveis do Mercosul Social. O Seis visa a harmonizar os indicadores utilizados nos países do Bloco para análise e para monitoramento das políticas sociais desenvolvidas no Mercosul. O objetivo é melhorar o acompanhamento da situação social e auxiliar o estabelecimento de políticas sociais conjuntas.

Durante a última Presidência Pro Tempore paraguaia, a comissão Seis apoiou a criação de uma rede de comissões estatísticas para as

instâncias setoriais do Mercosul (educação, trabalho, saúde, dentre outras) e sugeriu que o Instituto Social do Mercosul fosse seu articulador. Também foi recomendada maior participação dos institutos nacionais de estatística de cada país nas reuniões da comissão.

Em 2007, foi aprovada a criação do Instituto Social do Mercosul (ISM). A iniciativa decorreu da necessidade de melhorar a elaboração e a implementação de políticas e programas sociais na região. O Instituto Social do Mercosul, com sede em Assunção, tem por objetivo contribuir para a consolidação da dimensão social. Ao mesmo tempo, deverá colaborar nos aspectos técnicos para a elaboração de políticas sociais regionais, promover os mecanismos horizontais de cooperação e identificar as fontes de financiamento.

O ISM está em processo de implementação. Durante a Presidência Pro Tempore paraguaia foi aprovada proposta de regulamento e examinado o plano de ação anual. Além do fortalecimento institucional do ISM, foram discutidas possíveis linhas de financiamento e mecanismos de seleção dos técnicos nacionais a serem contratados no futuro próximo.

Eixos de atuação do Instituto Social do Mercosul

O ISM obedecerá aos seguintes eixos de atuação:

- Articulação das políticas sociais no Mercosul por meio da análise e da promoção de iniciativas nacionais de êxito que venham a ser desenvolvidas em programas sociais em nível

regional. Essas iniciativas devem ter o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social, dando prioridade aos setores mais vulneráveis da população, com metas adaptadas às necessidades da região de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

- Gestão de um sistema de informação para conciliar indicadores de mensuração da pobreza, da desigualdade e das oportunidades de inclusão social.
- Captação de recursos financeiros para concretizar programas, políticas, capacitação e assistência técnica.
- Análise de boas práticas para promover a cooperação horizontal.
- Ampliação da participação da sociedade civil.

O ISM é composto por um representante governamental de cada um dos Estados Partes, designado pela Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Desenvolvimento Social (RMADS). A coordenação do Instituto estará a cargo de um diretor, com mandato de dois anos, subordinado à RMADS. O Instituto colaborará com as Presidências Pro Tempore na promoção de cursos, seminários, congressos e oficinas de capacitação sobre temas da integração social.



SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA



2

Proteger a saúde dos cidadãos
e das cidadãs do Mercosul

Integração educacional
e identidades regionais

Mercosul constrói identidade
e celebra a diversidade cultural

PROTEGER A SAÚDE DOS CIDADÃOS E DAS CIDADÃS DO MERCOSUL

Harmonização dos sistemas de saúde garante direito fundamental

A saúde é um direito do cidadão do Mercosul. Para torná-lo efetivo e minimizar as deficiências dos sistemas de saúde dos países do Bloco, os governos têm procurado harmonizar as legislações no Mercosul referentes à vigilância epidemiológica e ao controle sanitário. Também se tem favorecido a circulação de bens, serviços, matérias-primas e produtos da área da saúde, com a finalidade de promover e proteger a saúde das pessoas.

O Ministério da Saúde do Brasil trabalha para compatibilizar os sistemas de Controle Sanitário dos Estados Partes e para assegurar seu reconhecimento mútuo, de modo que se definam procedimentos de organização, sistematização e difusão da informação referente à área de saúde. Para diminuir as assimetrias existentes entre os sistemas de saúde são necessárias políticas públicas amparadas nos princípios da equidade, da participação, da eficiência, da descentralização e da integração.

Para atingir esses objetivos é preciso priorizar a ação social em saúde em todos os níveis. Também é fundamental ampliar a participação da sociedade civil na elaboração, na implantação e na avaliação de políticas de promoção e atenção à saúde, de modo a garantir o acesso a serviços de qualidade a um número cada vez maior de usuários.

Coordenação de políticas sanitárias

Criada em 1995, a Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul é um foro de coordenação de políticas sanitárias e elaboração de programas conjuntos de proteção e assistência à saúde. Também atua na prevenção dos riscos decorrentes do consumo de produtos e serviços em geral. O trabalho desenvolvido pela Reunião de Ministros com os demais foros do Mercosul resultou na criação, em 1996, do Subgrupo de Trabalho Saúde (SGT N^o 11).

Dentre as principais áreas de atuação do SGT N^o 11 destacam-se:

- A Comissão de Produtos para Saúde tem a responsabilidade de harmonizar os regulamentos técnicos e os procedimentos relacionados aos produtos na área de vigilância sanitária, da cadeia de produção até o consumo, buscando a melhoria de qualidade, eficácia e segurança dos produtos ofertados à população.
- A Comissão de Vigilância em Saúde tem por função o intercâmbio de informações sobre enfermidades transmissíveis e não transmissíveis, seus fatores de risco, além da harmonização de diretrizes, normas e procedimentos relacionados

à vigilância epidemiológica e ao controle sanitário de riscos e agravantes à saúde.

- A Comissão de Serviços de Atenção à Saúde busca ampliar o acesso da população do Mercosul aos serviços de atenção à saúde e assegurar sua qualidade.

Programas em curso

Já foram aprovadas e incorporadas ao ordenamento jurídico nacional oitenta resoluções que tratam da saúde no Mercosul. Dentre elas, pode-se citar a "Estratégia de Adequação sob Vigilância Sanitária" (Resolução nº 97/1994); a "Lista de Especialidades Médicas Comuns no Mercosul" (Resolução nº 73/2000); os "Princípios Éticos Médicos do Mercosul" (Resolução nº 58/2000); as "Diretrizes para Metodologias de Avaliação de Tecnologias em Saúde" (Resolução nº 18/2005); as "Diretrizes para Habilitação e Funcionamento dos Serviços de Terapia Intensiva Adulto, Pediátrica e Neonatal" (Resolução nº 65/2006); e as "Diretrizes para Organização e Funcionamento de Serviços de Urgência e Emergência" (Resolução nº 12/2007).

Há vários programas que vêm sendo implementados prioritariamente como resultado dos acordos dos Ministérios da Saúde dos países do Mercosul. Todos se revestem de extraordinária importância social. Dentre eles destacam-se:

Controle da Dengue

Foi aprovado pelos Ministros da Saúde dos Estados Partes o Plano de Intensificação das

É fundamental ampliar a participação da sociedade civil na elaboração, na implantação e na avaliação de políticas de promoção e atenção à saúde

Ações de Controle da Dengue no Mercosul. Esse programa, estabelecido no âmbito da Comissão Intergovernamental de Controle da Dengue, tem por objetivos reduzir os índices de infestação do mosquito transmissor (*Aedes aegypti*) diminuir, a incidência da dengue e minimizar a letalidade por febre hemorrágica de dengue.

Combate ao HIV-Aids

A Comissão Intergovernamental HIV-Aids desenvolve ações regionais para promover uma política integrada de combate à epidemia de HIV. Para otimizar recursos, a comissão realiza ações articuladas entre instâncias governamentais, organizações sociais e organismos internacionais. Algumas diretrizes de atuação da área consistem em promover e estabelecer estratégias para a realização de intercâmbios de experiências, informações e tecnologias; promover o desenvolvimento de instrumentos comuns de gestão e fortalecimento dos Programas Nacionais; coordenar e complementar ações de vigilância e controle epidemiológico, estabelecendo critérios e parâmetros de pesquisa em HIV/Aids no Mercosul. A comissão também

Há acordos entre os governos para reforçar os sistemas de vigilância da qualidade de água para reduzir os riscos à saúde pública

tem por missão fomentar ações de educação e campanhas de informação à população, fortalecer a implementação dos comitês de saúde das áreas de fronteira e promover o intercâmbio de tecnologias e experiências para a implementação de metodologia e diagnóstico precoce do HIV.

Saúde Ambiental e do Trabalhador

A Comissão Intergovernamental de Saúde Ambiental e do Trabalhador tem a atribuição de cuidar da gestão integrada de recursos hídricos e resíduos sólidos; do manejo de substâncias químicas; da saúde ambiental infantil e da saúde do trabalhador, entre outras iniciativas. Em relação à saúde ambiental já há acordos entre os governos para reforçar os sistemas de vigilância da qualidade da água para uso e consumo humano e para promover o tratamento e a arma-zenagem da água potável, com vistas a reduzir os riscos à saúde pública.

Quanto ao manejo seguro de substâncias químicas, a comissão atua, entre outras áreas, no fomento à pesquisa e à produção de

conhecimento acerca dos efeitos das substâncias químicas na saúde humana e no meio ambiente. No que se refere à saúde ambiental infantil, são desenvolvidas estratégias de formação e capacitação. A proposta de realização dos Fóruns de Saúde Ambiental da Criança no Mercosul é um bom exemplo dessa preocupação.

Finalmente, quanto à Saúde do Trabalhador, a Comissão visa a promover a vigilância regional dos riscos relacionados à saúde ocupacional; a identificar e a harmonizar a legislação sobre saúde do trabalhador no Mercosul e a fortalecer a capacitação na prevenção dos riscos ocupacionais de maior incidência no Mercosul. Com esses objetivos, a Comissão está trabalhando na elaboração de uma lista comum de doenças do trabalho e na criação de um glossário com terminologia Mercosul para este setor.

Saúde sexual e reprodutiva

A Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva foi criada com o objetivo de melhorar a qualidade das informações sobre a saúde reprodutiva de homens e mulheres. Ampliar e qualificar o acesso das mulheres, dos homens e dos adolescentes aos métodos de anticoncepção constituem uma das metas da comissão. Além disso, a Comissão visa a integrar os serviços de saúde sexual e reprodutiva e a implementar mecanismos formais de participação da sociedade civil na elaboração de iniciativas regionais. A Comissão também tem desenvolvido atividades de educação em matéria de saúde sexual e reprodutiva no Mercosul.

Acesso a medicamentos

Os temas relacionados ao acesso a medicamentos no Mercosul estão a cargo da Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos. Seus principais objetivos são ampliar o acesso da população e garantir a qualidade, a segurança e a eficácia dos medicamentos. Esses objetivos foram definidos em dezembro de 2000 e constam do documento "Política de Medicamentos para o Mercosul, Bolívia e Chile". Entre as atribuições da Comissão destacam-se a elaboração de uma lista de medicamentos essenciais; a implantação de um banco de preços em medicamentos; a realização de pesquisas sobre o perfil epidemiológico das populações do Mercosul e a identificação de centros de excelência em diagnóstico e tratamento adequado.

Banco de preços de medicamentos

Vinculado à Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos, o Banco de Preços de Medicamentos do Mercosul visa a estruturar um sistema que possibilite comparações internacionais dos preços dos medicamentos essenciais para os países do Mercosul. A proposta de criação do Banco de Preços foi aprovada na X Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul, realizada em junho de 2000. O Brasil é o país responsável por desenvolver a base tecnológica para a implementação dessa iniciativa.

Controle do tabaco

Experiências distintas revelam que o controle do tabaco é vital para a saúde pública.

*Ampliar o acesso
da população
e garantir
a qualidade, a segurança
e a eficácia
dos medicamentos
no Mercosul*

A Comissão Intergovernamental de Controle do Tabaco do Mercosul desenvolve um importante trabalho nessa área. O Plano de Ação Regional prevê, entre outras iniciativas, o compromisso com a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; a inclusão de medicamentos para cessação do tabagismo na agenda do Banco de Preços da Política de Medicamentos; a redução das assimetrias de impostos sobre cigarros entre os Estados Partes e os associados do Mercosul; a recomendação da majoração dos preços, das tarifas e dos impostos sobre o tabaco. Em conjunto com a Comissão da Saúde Ambiental e do Trabalhador, a Comissão de Controle prioriza a realização de iniciativas em prol de ambientes de trabalho livres do fumo no Mercosul.

Doações e transplantes de órgãos

A Comissão Intergovernamental de Doação e Transplante tem atuado na promoção da cooperação técnica entre os países do Mercosul com vistas a alcançar crescentes níveis de integração dos diversos recursos existentes para a área. Dentre várias atribuições, compete a essa Comissão desenvolver padrões mínimos de

qualidade, segurança e eficácia na obtenção, no processamento, na preservação, na distribuição, no transporte e no implante dos órgãos e dos tecidos, bem como combater a prática ilegal do tráfico de órgãos e o "turismo de transplantes".

Comunicação

A Comissão Intergovernamental do Sistema de Informação e Comunicação em Saúde tem como finalidade estabelecer o intercâmbio de informações entre os Estados Partes e os associados do Mercosul na área da saúde. Também compete à Comissão promover atividades de cooperação técnica, científica e

operacional nos campos da informação e da comunicação. É importante salientar que essa Comissão tem importante papel na construção da Metodologia de Trabalho Virtual, que vem sendo implementada pelos Fóruns da Saúde no Mercosul, buscando reduzir custos.

*O plano de ação
entre países do
Bloco tem o compromisso
de adotar medidas
contra o tabagismo*

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Entendemos que a saúde é um direito universal, integral, que promove igualdade e exige participação, para que o desenvolvimento com justiça social seja alcançado. Políticas conjuntas de saúde constituem excepcional ferramenta para promover a qualidade de vida de nossos povos, pois garantem seu bem-estar. Os progressos obtidos têm fundamental importância para complementar políticas de saúde. Entretanto, é necessária maior articulação entre os países envolvidos no processo, a fim de otimizar resultados, revisar e atualizar temas prioritários e de interesse comum. Devemos atentar para as alterações e os avanços nos aspectos assistenciais, sanitários, tecnológicos, ambientais e de recursos humanos nos países do Mercosul e estimular, junto à sociedade civil, a gestão participativa e o controle social. Consideramos também a importância da criação do Observatório da Participação Social e Gestão Participativa no Mercosul, integrado às demais redes de observatórios existentes, promovendo a articulação com a Comissão Intergovernamental de Sistemas de Informação e Comunicação em Saúde (Cisics).”

INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL E IDENTIDADES REGIONAIS

A melhoria da
educação é prioridade
do Mercosul

Desde 1992, com a criação do Setor Educacional do Mercosul, os governos realizam importante esforço para criar um espaço educacional comum e integrado.

No âmbito doméstico, o Brasil vem colhendo importantes vitórias ao longo dos últimos anos no que se refere ao acesso à educação e à qualidade do ensino. Às políticas exitosas para a educação superior, como a extensão da rede universitária federal e o Programa Universidade para Todos (ProUni), soma-se a atual prioridade conferida ao ensino básico. Honra-se assim o legado de pensadores como Darcy Ribeiro e Paulo Freire, referência maior para os educadores latino-americanos.

Existe plena consciência nos países do Mercosul sobre o papel central que a educação possui nos processos de desenvolvimento com justiça e inclusão social; entretanto, e apesar dos avanços

concretos alcançados nos últimos anos, a realidade dos nossos sistemas educacionais requer melhorias significativas.

Ações debatidas nos Fóruns Educacionais do Mercosul, que estão na terceira edição e contam com a participação das organizações sociais, buscam promover a integração educacional do Mercosul. O ensino do espanhol nas escolas brasileiras, por exemplo, já é uma realidade nas áreas fronteiriças.

O Ministério da Educação do Brasil tem planos para estender esse programa para todo o país, contornando a falta de recursos, que ainda é o principal obstáculo para sua implementação.

Setor Educacional do Mercosul

Criado em 1992, o Setor Educacional do Mercosul (SEM) tem por objetivo construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação – legitimamente considerada pelos governos e pelas sociedades como um fator essencial da integração. Os pontos principais do SEM são a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional, com vistas a alcançar uma educação de qualidade para todos, comprometida com o desenvolvimento social, dando atenção especial aos setores mais vulneráveis e à diversidade cultural dos povos da região. A interação e o diálogo com a sociedade civil são um aspecto fundamental do Setor Educacional do Mercosul.

É extensa a relação dos projetos e das atividades em andamento no Setor Educacional. Na área

O Setor Educacional do Mercosul (SEM) tem por objetivo construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação

da educação básica, por exemplo, encontram-se avançados os entendimentos sobre reconhecimento de títulos, a harmonização de material didático sobre direitos humanos, o ensino de português e espanhol, as escolas bilíngües de fronteiras e as bibliotecas. Todos esses projetos são importantíssimos para a maior integração da educação. Alguns exemplos:

Ensino do espanhol

Com a aprovação da obrigatoriedade do ensino do espanhol como língua estrangeira nas escolas de nível médio, tem crescido a demanda pela formação de professores no Brasil. Calcula-se que o país deverá capacitar mais de 20 mil professores de espanhol nos próximos cinco anos para atender a um público de quase 10 milhões de estudantes. Diversos países latino-americanos, sobretudo do Mercosul, estão colaborando com universidades, escolas e Secretarias Estaduais de Ensino na formação e no aperfeiçoamento docente. Cresce igualmente entre os países vizinhos o interesse no ensino do português.

Escolas Bilíngües de Fronteira

O Projeto "Escolas Bilíngües de Fronteira", criado em 2004 por meio de acordo bilateral com a Argentina, foi incorporado à agenda educacional do Mercosul e, atualmente, vem se expandindo aos nossos vizinhos sul-americanos. Em março de 2005, escolas em Dionísio Cerqueira/Bernardo de Irigoyen e em Uruguaiana/Paso de los Libres iniciaram as atividades do programa para estudantes da 1ª série. Paralelamente, nas outras séries, o ensino das duas línguas vem sendo estimulado na celebração de datas nacionais, festas populares e feiras de ciências.

Paraguai, Uruguai e Venezuela afirmaram o interesse de participar do programa no âmbito do Mercosul. A Colômbia também já se engajou e as autoridades bolivianas deram início a entendimentos com o Brasil para se incorporar a este programa, que conta com a participação do Ministério da Educação do Brasil, de universidades e de secretarias estaduais e municipais de ensino.

Concurso "Caminhos do Mercosul"

Trata-se de concurso histórico-literário que se realiza anualmente desde 2003, com a finalidade de promover e consolidar uma consciência favorável à integração regional nas escolas de ensino médio. Cada país seleciona seis ganhadores do concurso que, acompanhados de um professor por país, formam uma delegação de 36 estudantes e professores que realizam viagem cultural ao país-sede do concurso. As quatro primeiras edições foram organizadas por Argentina (2003 – tema: Gaúchos), Chile (2004

I Cúpula Social do Mercosul
Declaração Final
 Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Sublinhamos a importância do fortalecimento das políticas regionais de educação que respeitem e valorizem a diversidade cultural, racial, étnica e de gênero e que incorporem como fundamento os direitos humanos como elemento indissociável da criação de uma cidadania regional. Defendemos, especialmente, a adoção de políticas de educação para a integração, de inclusão educacional de segmentos vulneráveis, das políticas de financiamento para a educação e da valorização, em todos os níveis, dos profissionais da educação. Saudamos a realização do III Fórum Educacional do Mercosul, ocorrido em Belo Horizonte, em novembro de 2006, e endossamos suas conclusões. Conclamamos os governos a criar as condições para o desenvolvimento do ensino das línguas portuguesa e espanhola, idiomas oficiais do Bloco, em todos os países do Mercosul. É igualmente imprescindível garantir a utilização, preservação e transmissão das línguas maternas das populações originais da região, especialmente nas áreas de fronteira.”

– tema: Neruda), Brasil (2005 – tema: Brasília) e Paraguai (2006 – tema: Augusto Roa Bastos). A quinta edição será realizada pelo Uruguai em 2007, com o tema "Rio da Prata". O Ministério da Educação do Brasil publicou os trabalhos dos vencedores das três primeiras edições do Concurso “Caminhos do Merco-sul”. Trata-se da primeira obra com o olhar da nova geração de jovens em torno do processo de integração regional.

Bibliotecas escolares

Este programa visa à distribuição de livros didáticos e literários nas escolas básicas dos países do Mercosul. Há um Grupo de Trabalho que está elaborando uma proposta de novos títulos. Sua ampliação para maior número de escolas depende de novas fontes

de financiamento. Estão sendo efetuadas gestões junto à Organização das Nações Unidas de Educação, Ciência e Cultura (Unesco), à Organização dos Estados Americanos (OEA), ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para ampliar os recursos disponíveis. A expansão do projeto terá como enfoque inicial as regiões de fronteira.

Educação Superior no Mercosul

Na área da Educação Superior também existem inúmeras iniciativas em curso. A visão comum dos Estados Partes é a de que a Educação Superior é um bem público e constitui direito do cidadão. Ela não é suscetível, portanto, de negociação internacional no marco das rodadas

multilaterais de serviços. Essa visão comum foi reafirmada no Fórum Educação Superior no Mercosul, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 2006. Nessa ocasião, também se sublinhou a importância da cooperação solidária entre os Institutos de Ensino Superior da região e o apoio a projetos, como o Mapa do Ensino Superior na América Latina e no Caribe, desenvolvido no âmbito do Instituto de Ensino Superior da América Latina e do Caribe.

Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul

Ainda em 2006, em Belo Horizonte, os ministros de Educação do Mercosul voltaram a se reunir e decidiram constituir o Grupo de Alto Nível encarregado de elaborar um projeto para a criação do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul. Amplia-se assim a agenda educacional do Mercosul com a discussão de políticas regionais com vistas a promover:

- O ensino e a pesquisa relativos à integração regional nas faculdades de ciências humanas e sociais, científico-tecnológicas, agrárias e ecológicas, de saúde e de artes.
- Um processo de seleção de docentes, estudantes, pesquisadores e gestores aberto a cidadãos dos países do Mercosul.
- Mecanismos de validação dos diplomas.
- A mobilidade de professores, estudantes e pesquisadores.

Nesse contexto deverá ser apreciada a proposta do governo brasileiro para a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados, que terá como missão desenvolver a formação de pós-

graduação e pesquisa avançada interdisciplinar, em rede e parceria com as universidades federais, estaduais e comunitárias. O instituto atuará, prioritariamente, nos três Estados do Sul do Brasil, mas estará aberto à cooperação nacional e internacional nas suas atividades.

III Fórum Educacional do Mercosul

Realizou-se em Belo Horizonte, em 2006, o III Fórum Educacional do Mercosul. O Fórum Educacional é um espaço de discussão com participação ativa da sociedade civil dos países do Bloco e tem tratado de temas importantes para a integração educacional. Os debates no III Fórum deram-se em torno de cinco eixos temáticos, que dão uma visão da amplitude das preocupações do Mercosul Educacional:

Eixo I – Inclusões, sobre educação penitenciária, educação para jovens e adultos, portadores de necessidades especiais, educação indígena e educação no campo, com foco no gênero e na orientação sexual.

Eixo II – Financiamento, sobre as parcerias público-privadas, os organismos multilaterais de financiamento e de competência educacional, agências governamentais de ajuda oficial ao desenvolvimento e mecanismos inovadores.

Eixo III – Educação e cidadania, sobre os espaços inovadores para educação intercultural e diversidade cultural, história e geografia dos países do Bloco, estudo de línguas e literatura, avaliação do "Plano do Setor Educacional do Mercosul", Educação Cidadã e Cidade Educadora.

Eixo IV – Metodologias educacionais, sobre a educação em tempo integral, propostas metodológicas de educação/desenvolvimento integral, participação ativa de crianças e adolescentes na educação, educação e sustentabilidade no âmbito de experiências coletivas infanto-juvenis.

Eixo V – Direito à educação e valorização do professor, sobre a valorização profissional das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação.

Instituto Mercosul de Administração Pública

O Brasil participou ativamente do Grupo de Alto Nível que elaborou o primeiro projeto do Instituto de Capacitação de Funcionários das Administrações Públicas, a ser apresentado ao Conselho Mercado Comum. O propósito do instituto é formar e capacitar funcionários públicos dos diversos níveis de administração. Foram propostos cursos de especialização, mestrados e certificados de capacitação.

Ano Polar Internacional (Programa Antártico)

A comunidade científica internacional prepara-se para celebrar o Ano Polar Internacional (2007-2009) com pesquisas em diversas áreas do conhecimento, envolvendo mais de trinta países e uma centena de instituições de pesquisa. Um dos eixos do Ano Polar é a educação, e o Mercosul Educacional incluiu esse tema em sua agenda como forma de integrar estudos e pesquisas realizadas por diversas instituições da região.

*O Instituto Mercosul
de Administração Pública
visa a capacitar
funcionários
públicos dos diversos
níveis de administração em
matérias de
integração regional*

Estão previstas a realização de uma Feira Antártica do Mercosul em Punta Arenas e Ushuaia e um Concurso Regional, cujo prêmio será uma visita ao Continente Antártico. Um grupo integrado pelos institutos antárticos da Argentina, do Brasil e do Chile organizará os eventos.

Mobilidade acadêmica: avaliação e credenciamento

O Mecanismo Experimental de Credenciamento (Mexa) foi concluído e transformado em sistema regional permanente de cursos de graduação. A primeira fase, de caráter experimental, foi fundamental para a melhoria da qualidade da formação na graduação e para o conhecimento mútuo sobre os sistemas educacionais dos países do Mercosul. A incorporação da "cultura da avaliação" e o desejo de cooperação entre os países na mobilidade de docentes são dois aspectos relevantes do programa.

O Mexa já foi aplicado aos cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina e foi apro-

vada a inclusão de quatro novos cursos: Enfermagem, Odontologia, Veterinária e Arquitetura. Também foi aprovado o Programa de Mobilidade Docente de Curta Duração entre os países do Mercosul.

Sistemas de Informação e Comunicação e de Monitoramento

O Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul, coordenado pelo Brasil, mantém o *site* institucional do Bloco <<http://www.sic.inep.gov.br>> com informações atualizadas sobre as iniciativas educacionais da região.

O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação, desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil, foi oferecido, sem ônus aos outros países, para ser adaptado ao Sistema de Monitoramento do Setor Educacional do Mercosul. Também foram realizados avanços no Estudo Analítico-Comparativo do Mercosul Educacional, cujo lançamento está previsto para ser realizado em breve.

*A educação
não é suscetível
de negociação
internacional no marco
das rodadas
multilaterais de
serviços*



MERCOSUL CONSTRÓI IDENTIDADE E CELEBRA DIVERSIDADE CULTURAL

Cultura como bem social
é destaque no processo
de integração

A cultura é a base da identidade individual e de caracterização das distintas comunidades, o que a torna uma das mais importantes dimensões de um projeto de integração social. No Mercosul, o tema reveste-se de caráter estratégico e tem merecido a devida atenção dos Estados Partes.

Seguindo a Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, o Mercosul Cultural prioriza o respeito às diferenças e à diversidade cultural dos povos sul-americanos – possivelmente o maior dos patrimônios da região. Cada cultura é única e possui valores próprios. Ao contrário do que ocorre em outras áreas, não existem assimetrias entre os países quanto aos valores culturais. Daí seu enorme potencial para alavancar a integração dos povos e promover o fortalecimento do Mercosul.

O Ministério da Cultura do Brasil (MinC) atua com os demais governos para promover a cultura como um bem público e um direito

do cidadão do Mercosul. O MinC busca estimular a participação da sociedade civil no processo de integração, engajando as organizações sociais na elaboração, no desenho, na implementação e na avaliação das políticas culturais.

Há consenso de que essas políticas devem pautar-se pelo princípio da cidadania cultural, isto é, da democratização, do acesso aos bens culturais e da divulgação de distintas linguagens. Também busca-se aproximar as ações culturais desenvolvidas no Mercosul de outras experiências regionais. O diálogo com a Comunidade Andina de Nações é um bom exemplo dessa iniciativa.

Mercosul Cultural

A Reunião de Ministros da Cultura é o principal espaço decisório do Mercosul Cultural. Assessorada pelo Comitê Coordenador Regional (CCR), a reunião ocorre duas vezes por semestre. Existem também as instâncias setoriais, cuja diversidade temática reflete a abrangência da integração cultural. Entre elas, destacam-se a Reunião Especializada em Cinema e Audiovisuais do Mercosul, a Reunião Especializada de Patrimônio, a Reunião Especializada de Museus, a Reunião Especializada de Livro e Leitura, a Comissão Especializada sobre Sistema de Informação no Mercosul Cultural e a Comissão Especializada sobre Culturas Populares.

As Comissões Especializadas podem ser criadas para atender a questões específicas. Durante a Presidência Pro Tempore brasileira (2006), por exemplo, criou-se uma comissão para tratar da

*O MinC busca
estimular a participação
da sociedade
civil no processo
de integração*

livre circulação de bens e serviços culturais no Mercosul. A comissão realizou um estudo comparado das legislações em vigor e propôs medidas para eliminar os entraves à circulação dos bens culturais, dentre elas a criação do Selo Mercosul Cultural.

Um dos resultados alcançados foi o interesse dos outros países da região na discussão da integração cultural. Os Estados Associados, por exemplo, têm participado das reuniões e já sediaram encontros do Mercosul Cultural. Trata-se de uma experiência importante (e única) do setor cultural que, dessa forma, compartilha responsabilidades entre todos os países, membros e associados.

Com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil no Mercosul, o MinC tem apoiado organizações sociais vinculadas à cultura para participar das Cúpulas Sociais do Mercosul. Na cúpula realizada em Brasília, por exemplo, houve ampla participação de representantes dos Pontos de Cultura, o que possibilitou a troca de experiências entre os

parceiros do Bloco e a apresentação de propostas para o fortalecimento da integração cultural.

Pontos de Cultura

O Programa Cultura Viva é a mais abrangente política implementada pelo governo brasileiro no campo da cidadania cultural. Os Pontos de Cultura fazem parte do programa e têm uma importante relação com o Mercosul Cultural. Desde 2006, o Brasil discute e divulga o projeto no âmbito das Reuniões de Ministros da Cultura, por meio de estratégias para instalação de iniciativas correlatas no Bloco. Um exemplo é o Acordo de Cooperação Bilateral entre Brasil e Paraguai, que prevê a implantação de Pontos de Cultura no lado brasileiro da fronteira e de Casas de Cultura no lado paraguaio, visando a articular e a integrar os respectivos modelos de apoio à cultura no Bloco.

Atualmente, existem mais de 650 Pontos de Cultura espalhados pelo Brasil. É o maior programa de apoio e acesso à cultura popular já implementado no país. Por meio desse programa, os grupos locais previamente selecionados por editais públicos são reconhecidos como agentes de cultura e passam a receber recursos do MinC, para consolidar e expandir suas atividades.

O Ponto de Cultura não tem modelo único, nem padrão de instalações físicas, nem programação ou atividade predeterminadas. Trata-se de uma visão de política cultural democrática e inovadora, que rejeita a idéia ultrapassada do povo como mero receptor passivo de bens culturais alheios, afirmando as comunidades como sujeitos de sua produção cultural. Ao

governo cabe apoiar, equipar e capacitar as entidades que já trabalham com cultura para que estas continuem se expressando de forma autônoma e pluralista. Ao mesmo tempo, o programa facilita a articulação entre os Pontos de Cultura e estimula a troca de experiências e o diálogo entre as comunidades locais.

Audiovisual

O audiovisual representa o setor da área cultural com melhor articulação no âmbito do Mercosul. A criação da Reunião Especializada de Cinema e Audiovisual do Mercosul (Recam), em março de 2004, estabeleceu um espaço de diálogo entre autoridades, produtores e realizadores da região. A partir de então foram implementadas ações para integrar e fortalecer as indústrias audiovisuais nacionais. Vale ressaltar o projeto "Caixinha de Cinema do Mercosul", que consiste em um pacote de DVDs educativos produzidos pelos países do Bloco para serem distribuídos nas escolas da região. O projeto foi apresentado pela Recam na Reunião do Comitê Coordenador Regional do Mercosul Educativo, quando se ressaltou a importância da incorporação da linguagem audiovisual como ferramenta tecnológica no desenvolvimento de currículos e programas educacionais.

O MinC, com o Ministério das Relações Exteriores, tem celebrado acordos de coprodução cinematográfica para suprir as deficiências do setor, dinamizar a participação das indústrias cinematográficas nacionais no mercado regional e gerar instrumentos capazes de garantir o acesso da sociedade às produções nacionais dos países do Bloco. Nesse sentido, o

*O Acordo de
Cooperação Bilateral entre
Brasil e Paraguai
prevê a implantação de Pontos
de Cultura no lado brasileiro
da fronteira e de Casas de Cultura
no lado paraguaio*

Ministério da Cultura tem procurado fomentar a formação e a capacitação técnica; apoiar festivais, mostras, seminários, publicações e fóruns; revigorar o cineclubismo; revitalizar as estruturas do Centro Técnico Audiovisual e da Cinemateca Brasileira; e incrementar programas de inclusão, como o "Revelando os Brasis".

O "Revelando os Brasis" é um programa de inclusão cultural na área do audiovisual que visa a apoiar produções de curta duração em cidades de até 20 mil habitantes. Esse programa tem por objetivo descobrir novos talentos e estimular moradores de pequenas cidades a participarem da produção audiovisual. Ao mesmo tempo em que gera acesso à cultura, também forma público para a indústria audiovisual. Trata-se, portanto, de um instrumento efetivo de inclusão de comunidades que sempre permaneceram à margem do processo produtivo de bens audiovisuais. Em 2004, foram produzidos quarenta vídeos, sendo 26 documentários e 14 de ficção que mostram histórias surpreendentes e reveladoras da cultura brasileira, produzidas em 21 Estados da Federação. Trata-se de uma iniciativa exitosa, a ser expandida e compartilhada com o Mercosul Cultural.

Livro e leitura no Mercosul

Os países do Mercosul têm uma longa tradição em feiras de livros, com destaque para as Feiras do Livro de Buenos Aires, Porto Alegre e Santiago, entre outras.

O I Seminário "Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul", realizado em 2006, no Brasil, teve por objetivo articular essas experiências e criar uma rede regional integrada que, além de fortalecer os vínculos culturais entre os países do Mercosul, possa promover a troca de experiências sobre práticas de difusão da leitura na região.

Atualmente o Brasil está preparando o II Seminário "Planos Nacionais de Livro e Leitura no Mercosul". O evento, co-organizado por Brasil e Chile, deve realizar-se durante a 53ª Feira de Livro de Porto Alegre e da 27ª Feira Internacional de Livro de Santiago.

Cultura sem fronteiras

Com grande êxito de público realizou-se, em junho de 2004 e junho de 2005, o Festival Cultural das Três Fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai, com várias apresentações culturais em praça pública para celebrar a diversidade cultural existente na região. Também ocorreram atividades em Foz do Iguaçu e Curitiba, no Brasil; Puerto Iguazu e Posadas, na Argentina; e Ciudad del Este e Assunção, no Paraguai.

Os programas culturais nas faixas de fronteira visam ao intercâmbio de culturas, experiências e expressões populares. Na última reunião do CCR, realizada este ano em Quito, foi aprovada a proposta do Paraguai de retomar os Festivais de Fronteiras, a serem realizados a cada ano, tendo como ponto de partida a cidade de Pilar, no Paraguai.

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Consideramos prioritárias ações de integração cultural, com vistas à construção de uma identidade regional que leve em conta a diversidade da região e o papel central da cultura para o seu desenvolvimento. Exortamos nossos governos e parlamentos a ratificar a Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das expressões Culturais, destacando o acesso à cultura como caminho para inclusão social e construção da cidadania. Defendemos a ampliação de recursos para a cultura e a intensificação do intercâmbio artístico das distintas linguagens - teatro, música, dança, artes circenses, artes visuais, audiovisual, literatura, entre outras, bem como a articulação de pontos de cultura e casas de cultura e das políticas de patrimônio, cultura digital e livro e leitura. Enfatizamos a necessidade de integrar políticas de cultura, educação, meio ambiente, juventude e comunicação, numa plataforma de desenvolvimento sociocultural do Mercosul.”

Culturas populares

Em 2006, o Brasil sediou o 1º Seminário Sul-Americano de Culturas Populares, realizado durante a União Sul-Americana de Nações (Unasur). A iniciativa teve por objetivo contribuir para o intercâmbio de experiências de políticas públicas, apontar diretrizes para o setor e propor ações de reconhecimento e fortalecimento das expressões das culturas populares. A segunda edição do seminário será realizada pela Venezuela, em fevereiro de 2008, conforme aprovado pelos ministros da Cultura dos Estados Partes.

Mosaico

Coordenado pelo Ministério da Cultura e realizado em parceria com a Radiobrás, o Programa Mosaico consiste na capacitação de videomakers de pontos de cultura de audiovisual de várias regiões do Brasil. Durante os eventos realizados pelo MinC, os jovens que participam do programa captam suas próprias impressões e produzem programas que são transmitidos pela TV Brasil – Canal Integración –, a primeira TV brasileira com programação em espanhol. A experiência promove a divulgação das expressões culturais dos próprios agentes da sociedade civil e tem reflexos importantes para a democratização da integração regional. A prática também foi utilizada na I Cúpula Social do Mercosul.

Próximos passos da integração cultural

Entre os próximos passos da integração cultural do Bloco está a divulgação do documento de referência do Mercosul Cultural, intitulado "Declaração sobre Integração Cultural do Mercosul". A proposta é divulgar o documento em diferentes fóruns e reuniões da sociedade civil. A última versão do documento será discutida na XXV Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul, a realizar-se em Montevideu. O objetivo é permitir que a sociedade civil contribua com as decisões governamentais sobre as políticas culturais do Mercosul.

O Festival Cultural das Três Fronteiras, realizado em 2004 e 2005, celebrou a diversidade cultural existente na região, com atividades no Brasil, Argentina e Paraguai

MEIO AMBIENTE, REFORMA AGRÁRIA, ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO



3

Integração socioambiental
e cidadania no Mercosul

Agricultura familiar e acesso à terra
reduzem a pobreza rural

A integração da economia solidária
no Mercosul

O cooperativismo como fator
de desenvolvimento local e regional

INTEGRAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E CIDADANIA NO MERCOSUL

O desenvolvimento sustentável na agenda da integração regional

Os países do Mercosul têm uma responsabilidade especial no que diz respeito à sustentabilidade ambiental. Os diferentes biomas, as florestas e os recursos hídricos da região representam uma riqueza extraordinária a ser preservada da exploração predatória. Impedir o uso inadequado do Aquífero Guarani, defender a biodiversidade dos ecossistemas florestais, especialmente da Floresta Amazônica, além de buscar alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais são exemplos de alguns dos desafios maiores que o Mercosul tem pela frente.

As questões ambientais ganharam ainda mais destaque no cenário internacional após a intensificação do debate sobre as mudanças do clima e suas conseqüências econômicas, políticas e sociais. O governo brasileiro tem defendido nos fóruns internacionais a adoção do princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, entre os países ricos e pobres nas

ações relacionadas à proteção ambiental. Com isso, pretende-se evitar que a maior parte do ônus do desaquecimento global recaia sobre os países em desenvolvimento. A redução expressiva do desmatamento na Amazônia nos últimos anos credencia a posição defendida pelo governo brasileiro de cobrar dos países industrializados incentivos positivos às nações que vêm diminuindo o nível de emissão de gases de efeito estufa.

O desenvolvimento sustentável é uma orientação política que resultou, ainda nos primeiros anos da integração, na criação do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente do Mercosul (SGT Nº 6) e, posteriormente, da Reunião de Ministros de Meio Ambiente. Devido à situação crítica das mudanças do clima, os Estados Partes definiram o tema como uma das prioridades do Mercosul.

Mercosul democrático e sustentável

A Reunião Especializada em Meio Ambiente do Mercosul foi criada em 1992, em decorrência da mobilização mundial gerada pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (RIO 92). Dada a relevância do tema, a Reunião foi transformada, em 1995, no Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente do Mercosul (SGT Nº 6), que se orienta pelos princípios do Tratado de Assunção e da Declaração de Canela. Essa declaração, assinada por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile, em fevereiro de 1992, contém uma posição comum em defesa do desenvolvimento sustentável no Mercosul. Em 2003, foi criada também a Reunião de

Ministros do Meio Ambiente, pela Decisão CMC nº 19/2003.

A agenda socioambiental do SGT Nº 6 e da Reunião de Ministros de Meio Ambiente é composta pelos temas: sistema de informação ambiental; gestão integrada de recursos hídricos, competitividade e meio ambiente; bens e serviços ambientais (com ênfase nas negociações em curso no Comitê de Meio Ambiente da Organização Mundial do Comércio); gestão de produtos e substâncias químicas; biodiversidade; gestão de resíduos e responsabilidade pós-consumo; qualidade do ar; luta contra a desertificação e os efeitos da seca.

Como resultado do trabalho do SGT Nº 6, muitos avanços já foram conquistados, a exemplo do "Acordo Marco em Matéria de Meio Ambiente", ratificado pelos parlamentos dos Estados Partes. Destaca-se, ainda, o aprimoramento na divulgação de informações do SGT Nº 6, que permite transparência e acesso a informações, por meio do Sistema de Informações Ambientais do Mercosul (Siam). O sistema está disponível no sítio eletrônico <<http://siam.mma.gov.br/>>.

As políticas setoriais e temáticas aprovadas pelo SGT Nº 6 constituem outra importante conquista. Merecem destaque a Estratégia Mercosul de Biodiversidade, aprovada durante a última Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica, realizada no Brasil, em 2006; a Estratégia Mercosul de Combate à Desertificação e aos Efeitos da Seca; a Política de Gestão de Resíduos Especiais e Responsabilidade Pós-Consumo do Mercosul e o

O desenvolvimento sustentável é uma orientação política que resultou, ainda nos primeiros anos da integração, na criação do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente do Mercosul

Protocolo Adicional ao Acordo Marco em Matéria de Meio Ambiente para Cooperação em Emergências Ambientais.

Outro fato relevante foi a aprovação da Política de Promoção em Produção e Consumo Sustentáveis para o Mercosul, que reflete a preocupação e o compromisso dos governos em mudar os atuais padrões de produção e consumo, em consonância com os esforços internacionais. Essa iniciativa será realizada por meio de parcerias com os Ministérios de Indústrias e Comércio, organizações da sociedade civil e a comunidade empresarial dos Estados Partes.

Avanços recentes

Dentre outros avanços da integração socioambiental destacam-se:

- Elaboração do GEO Mercosul, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a ser publicado em breve, contendo dados e informações sobre o

processo de integração de acordo com uma visão socioambiental e do desenvolvimento sustentável do Mercosul.

- Criação de portais para maior acesso a informações sobre trabalhos e produtos do SGT Nº 6, como: o Portal sobre Áreas Protegidas <http://www.mma.gov.br/ap_mercosul> com informações sobre biodiversidade, monumentos naturais e unidades de conservação dos países do Mercosul; o Portal sobre Produção e Consumo Sustentável, para difundir informação sobre produção ambientalmente saudável, ecoeficiente e limpa; e o Portal sobre Legislação Ambiental.

- Cooperação entre o SGT Nº 6 e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Pnuma nas áreas de Segurança Química e Produtos Perigosos, com ênfase para o mercúrio e outros metais pesados, agrotóxicos, Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), e áreas contaminadas. Além disso, está em discussão a elaboração de uma política de segurança química que permita, a partir de diagnósticos comuns, melhorar a segurança da população e a proteção ao meio ambiente.

- Assinatura, pelos ministros de meio ambiente, do acordo de Estratégia Mercosul contra a Desertificação e os Efeitos da Seca; iniciativa que permitirá aos Estados Partes atuar de forma coordenada para potencializar as ações de cada país no combate aos efeitos da seca.

Programa Agenda 21

Durante a I Cúpula Social do Mercosul realizou-se o Seminário Internacional "Agenda 21 Local

e Desenvolvimento Sustentável nas Cidades do Mercosul". Na oportunidade foi aprovada a Carta de Brasília, documento que reafirma a "Agenda 21" e a "Carta da Terra" como marcos referenciais na construção de um novo modelo de desenvolvimento local. Foi o primeiro passo para uma articulação futura entre processos da Agenda 21 Local nas cidades do Mercosul. Como fruto dessa parceria, será lançada a publicação "Mercocidades e Agenda 21", sob coordenação executiva do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Prioridades da agenda socioambiental

Estimular a participação da sociedade civil nas reuniões do SGT Nº 6 é uma das principais prioridades do governo brasileiro e, para atingir esse objetivo, o Ministério do Meio Ambiente pretende estabelecer parcerias com os demais países para viabilizar a participação de pelo menos um representante da sociedade civil por país nas quatro reuniões anuais do SGT Nº 6.

Em relação aos demais pontos da agenda socioambiental, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- Implementação de projetos e campanhas de conscientização pública da Estratégia Mercosul de Luta contra Desertificação e os Efeitos da Seca.

- Projeto Mercosul para Gestão de Substâncias e Produtos Químicos Perigosos, que consiste na criação de portal de segurança química e na realização de oficinas de capacitação com a participação da sociedade e do setor privado.

- Início do Programa-Piloto de Produção mais Limpa (P+L) para o Mercosul para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Além de uma fonte de trabalho e renda para população, as PMEs constituem fator central para o desenvolvimento socioeconômico e a luta contra a pobreza.
- Estratégia Mercosul sobre Produção e Consumo Sustentáveis, que visa a fortalecer a informação e a participação do público em geral com a realização de oficinas de capacitação sobre tecnologias ambientalmente amigáveis, Produção mais Limpa (P+L), e *ecodesign*.
- Elaboração de um Plano de Trabalho em conjunto com a Rede Mercocidades, por meio da Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Ministério do Meio Ambiente pretende estabelecer parcerias com os demais países para viabilizar a participação de pelo menos um representante da sociedade civil por país nas quatro reuniões anuais o SGT N° 6

I Cúpula Social do Mercosul
Declaração Final
Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Defendemos os recursos naturais e o acesso à água em toda a região. A água não é mercadoria, e rechaçamos qualquer tentativa de privatização desse direito essencial para todas as formas de vida. Em relação ao Aquífero Guarani, propomos uma regulação regional, não subordinada às instituições financeiras internacionais, do uso desse recurso regional, sua proteção e garantia de existência para as gerações futuras. Há necessidade de implementar e fortalecer a participação social na gestão integrada das bacias hidrográficas e transfronteiriças. Propomos a realização de uma conferência sobre meio ambiente e recursos naturais no Mercosul. O desenvolvimento sustentável, a defesa da biodiversidade, a ratificação dos tratados internacionais são fundamentos para a construção de um Mercosul socioambiental.”

AGRICULTURA FAMILIAR E ACESSO À TERRA REDUZEM A POBREZA RURAL

Integração da agricultura familiar aproxima o Mercosul dos trabalhadores rurais

O sistema de organização social, econômica e produtiva representado pela agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos consumidos nos países do Mercosul.

O apoio a esse segmento socioeconômico, além de fazer justiça social e democratizar o acesso à terra, tem extraordinária relevância política, pois reconhece o pequeno agricultor como prioridade na elaboração de políticas públicas em áreas como o crédito agrícola, a assistência técnica e o escoamento da produção rural, entre outras.

Em um continente onde a distribuição da renda é tão desigual, a erradicação da pobreza rural merece prioridade e requer a implementação de políticas públicas que permitam gerar crescimento com equidade, inclusão social e garantia da segurança alimentar da população. A agricultura familiar também é uma resposta às crescentes necessidades de preservação dos

recursos naturais, diversidade cultural e estabilidade social e política.

O governo brasileiro destinou R\$ 12 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 e diminuiu os juros para as linhas de crédito de custeio, investimento e comercialização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Mercosul vem prestando a devida atenção à agricultura familiar e já foram acordados critérios comuns para caracterizá-la.

É um passo inicial, mas indispensável, que vem permitindo a implementação de políticas específicas para o setor. A Reunião Especializada da Agricultura Familiar tem atuado em favor desse setor nos países do Bloco.

A integração da agricultura familiar

Em 2004, por iniciativa do governo brasileiro, foi criada a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf) – experiência que nasceu devido à falta de um espaço de diálogo para a coordenação e a articulação de políticas públicas diferenciadas para fortalecer o setor no Mercosul. Na ocasião, os Ministérios brasileiros do Desenvolvimento Agrário e das Relações Exteriores defenderam a inserção da produção agrícola familiar no processo de integração regional.

A agricultura familiar é um segmento prioritário para o governo brasileiro. Nos últimos anos, o país alcançou resultados positivos no que diz respeito ao desenvolvimento das áreas rurais e à

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final Brasília, 13 de dezembro de 2006

“A reforma agrária, o combate à violência no campo, o fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária, da segurança alimentar e do cooperativismo são ações indispensáveis para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável. Estas ações devem se tornar prioridades das políticas públicas dos países do bloco. Conclamamos os Presidentes a implementar as recomendações apresentadas pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf) e pela Reunião Especializada sobre Cooperativismo (RECM). Defendemos ainda a implementação no Mercosul das recomendações da Declaração Final da Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, aprovada em Porto Alegre, em Março de 2006.”

inclusão dos setores mais vulneráveis da população. O Programa Nacional da Agricultura Familiar beneficia 2,2 milhões de famílias, com aumento médio de 10% nos valores financiados em relação à safra 2006/2007. Aproximadamente 1,4 milhão de famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, comunidades quilombolas e indígenas respondem por 77% das ocupações produtivas e dos empregos no campo, totalizando 4,1 milhões de unidades de produção.

A importância da agricultura familiar também é reconhecida pelos países-membros e associados do Mercosul, que vêm reunindo-se regularmente para discutir políticas para a área. Uma das prioridades da Reaf é estimular a participação das organizações sociais da agricultura familiar na discussão, na formulação e na implementação das políticas para o setor. Já ocorreram, apenas entre 2006 e o primeiro semestre de 2007, mais de quarenta atividades de diálogo nacional entre governos e sociedade

civil. Os encontros regionais reuniram em torno de quinhentas pessoas, das quais mais de 1/3 era de representantes das organizações sociais.

Conquistas recentes

Os trabalhos da Reaf em 2006 e 2007 permitiram avanços importantes, dentre os quais se destacam:

- O Acordo sobre Bases para o Reconhecimento e Identificação da Agricultura Familiar no Mercosul, por meio do qual os países definiram critérios para caracterizar a agricultura familiar no Bloco. Isso possibilitou a identificação do universo da agricultura familiar, orientando a implementação de políticas públicas específicas e o debate sobre a facilitação do comércio dos produtos da agricultura familiar.
- A implementação de Registros Nacionais da Agricultura Familiar, com o objetivo de avançar

na institucionalização de áreas e programas de governo responsáveis pela consolidação das informações relativas à agricultura familiar, com bases estatísticas específicas.

- O projeto-piloto de seguro agrícola, denominado "Fundo Seguro de Colheita", que visa a garantir a cobertura, em caso de riscos climáticos, a determinadas culturas da agricultura familiar, deverá ser implementado pelo governo paraguaio em 2008. Esse projeto foi construído a partir das experiências existentes nos países do Bloco e é a primeira iniciativa de seguro público no Paraguai. Ele servirá de modelo para outras ações mais abrangentes e para estruturar a base de informações climáticas, com o objetivo de fortalecer o setor de seguros agrícolas naquele país. A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores já aprovou um projeto para apoiar o Paraguai na implementação da idéia. A Argentina, por sua vez, também vem estruturando uma iniciativa de natureza público-privada para a implantação de seguros agrícolas para o setor.

- O Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul, que busca propiciar maior equidade de gênero, especificamente nos Ministérios da Agricultura e de Desenvolvimento Agrário da região. O programa tem por objetivo promover a elaboração e a implementação de políticas dirigidas às agricultoras familiares.

Balanço e perspectiva

Uma das prioridades da Reaf no curto prazo é ampliar o diálogo entre governos e sociedade

civil. Para isso, as áreas de atuação no curto prazo são as seguintes:

- Cadeias produtivas de interesse da agricultura familiar: foram selecionadas cinco cadeias produtivas (tomate, cebola, leite, carne de porco e milho), que servirão para análise dos problemas relacionados à comercialização dos produtos da agricultura familiar. Com base em diagnósticos específicos serão identificadas opções de políticas públicas diferenciadas para o comércio da agricultura familiar da região e será feito um balanço da segurança alimentar nessas cadeias.

- Programa Regional de Educação não Formal de Jovens Rurais: em fase de elaboração, o programa pretende capacitar jovens das organizações sociais da agricultura familiar como agentes de desenvolvimento, líderes juvenis de suas organizações e atores econômicos empreendedores. O programa visa a contribuir para o debate sobre sucessão geracional no campo e a valorizar as identidades e a auto-estima dos jovens.

- Rede de Instituições Responsáveis por Políticas Fundiárias e de Reforma Agrária do Mercosul: em sintonia com as decisões da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada em Porto Alegre, em 2006, a Reaf decidiu criar um espaço de coordenação dos institutos fundiários nacionais. O objetivo é investigar os processos de concentração, desnacionalização e uso da terra, bem como a situação do acesso das mulheres à terra nos países do Mercosul.

A INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MERCOSUL

Promover o desenvolvimento
das redes latino-americanas
da economia solidária

O crescimento e o desenvolvimento da economia solidária e das formas cooperativas e associativas de produção nas últimas décadas é um fenômeno presente em quase todos os países do Mercosul. Com histórias diferentes, mas convergentes, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, entre outros países sul-americanos, têm tido na economia solidária um importante instrumento de promoção do desenvolvimento, gerador de trabalho e renda e uma resposta eficaz dos trabalhadores e das trabalhadoras da região à exclusão social.

Como conseqüência do desenvolvimento da economia solidária no continente sul-americano, a integração dos países em torno da temática vem se fortalecendo, tanto do ponto de vista governamental quanto da participação social. Exemplos disso são os diversos encontros ocorridos no continente em torno de temas relativos à economia solidária, como comércio

justo e solidário, recuperação de empresas e cooperativismo, entre outros.

No Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, fomenta e apóia os empreendimentos da economia solidária, reconhecendo a real dimensão desse movimento e produzindo ou coletando conhecimentos sobre o assunto. A economia solidária pode se tornar um fator preponderante da integração entre os povos do Mercosul.

Bases da economia solidária

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática dos membros da organização ou empreendimento nas decisões. As características da economia solidária estão presentes em diversas organizações econômicas coletivas, como as cooperativas, as empresas recuperadas e as autogestionadas, as associações de produção, as redes de comercialização, microcrédito e os bancos comunitários, entre outros.

A economia solidária define-se como uma política de desenvolvimento e um instrumento de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas de geração de trabalho e renda e articulada aos processos participativos e sustentáveis de desenvolvimento local. Com o aumento da informalidade das relações de

*A economia solidária
pode se tornar
um fator preponderante
da integração
entre os povos
do Mercosul*

trabalho na maior parte dos países latino-americanos, a economia solidária adquiriu um papel e uma presença relevantes.

Situação atual

Na América do Sul, os sujeitos sociais que constroem a economia solidária têm, cada vez mais, se integrado e elaborado pautas e agendas comuns. Exemplos dessa integração são:

- **Feira de Economia Solidária do Mercosul:** Realizada na cidade de Santa Maria (RS), a Feira de Economia Solidária do Mercosul encontra-se na terceira edição e reúne empreendimentos econômicos solidários dos países do Bloco, redes de economia solidária do continente e governos (nacionais e locais).

A feira recebe o apoio do governo brasileiro e é um evento integrante do Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Paralelamente à exposição dos produtos e serviços, o evento realiza seminários sobre a economia solidária, com a participação de governos e sociedade civil dos países do Cone Sul.

- **Comércio justo e solidário:** as entidades que trabalham com o comércio justo e solidário em nosso continente têm interagido com o objetivo de encontrar pautas comuns e promover a troca de experiências e de práticas exitosas. Já foram realizados encontros e seminários sobre o tema, entre eles o Encontro de Cochabamba, em 2005, que construiu uma pauta comum para os governos e as entidades envolvidas com o comércio justo e solidário no continente.

- **Empresas recuperadas:** Uma realidade comum entre os países do Mercosul é a recuperação de empresas em crise por trabalhadores organizados em autogestão. Prática pujante principalmente no Brasil, na Argentina e na Venezuela, as empresas recuperadas em autogestão, assim como as áreas de governos responsáveis por políticas públicas para esse setor, buscam integrar as políticas, visando à troca de experiências e ao intercâmbio comercial. No âmbito da iniciativa de recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão, desenvolvida pelo governo brasileiro, foi realizado, em dezembro de 2005, encontro que reuniu empresas e governo dos países do Mercosul, com o objetivo de fomentar o intercâmbio e a cooperação entre essas práticas. Encontro semelhante foi realizado na Venezuela, promovido pelo governo daquele país. As empresas recuperadas têm sido também uma pauta constante nos encontros do Subgrupo de Trabalho nº 10 (Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social).

- **Integração dos fóruns e das redes de economia solidária:** As diferentes redes e os fóruns de economia solidária que atuam nos países do

Mercosul buscam constantemente se encontrar e se integrar por meio de reuniões, encontros, seminários e eventos.

Perspectivas da economia solidária no Mercosul

As práticas de economia solidária nos países do Bloco vêm se integrando nos últimos tempos. No entanto, essa integração tem se dado de maneira muito mais efetiva no âmbito da sociedade civil do que propriamente como resultado de decisões oficiais. Apesar da existência de grupos técnicos de cooperativismo, da agricultura familiar e de assuntos trabalhistas, em que a economia solidária deve e pode ser discutida, a institucionalização de espaços específicos para o tema no Mercosul é um desafio a ser superado. A sistematização de informações sobre a realidade desse setor, o monitoramento da sua evolução, a discussão e a implementação de políticas públicas são outros desafios importantes a serem enfrentados.

No Brasil, o Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), implementado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, já identificou cerca de 21 mil Empreendimentos Econômicos Solidários e mais de mil Entidades de Apoio e Fomento. O sistema é uma importante ferramenta para caracterização das demandas da economia solidária no Brasil, subsidiando a formulação de políticas públicas. Em uma perspectiva de integração regional, essa experiência poderia ser compartilhada com os demais países para um mapeamento da economia solidária no Mercosul.

Outra iniciativa que poderia ser incrementada é a Formação de Agentes de Economia Solidária e Desenvolvimento. O Mercosul constitui um espaço de intercâmbio de experiências, conteúdos e metodologias de apoio, fomento, assistência tecnológica, incubação e formação para a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Um Centro de Formação Regional poderia ser implantado com essas finalidades de formação de multiplicadores, documentação e sistematização dessas iniciativas, subsidiando as políticas públicas e as articulações da sociedade civil.

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Destacamos que o Mercosul deve contemplar o fortalecimento e a ampliação das dimensões produtiva e social da integração. O cooperativismo e a economia solidária devem ser apoiados por políticas regionais como instrumentos eficazes para a construção de uma sociedade mais justa, para a geração de trabalho decente e renda e para a inclusão das populações excluídas. Apoiamos a elaboração de políticas regionais para a promoção da pequena e média empresa, o incentivo tecnológico e a produção de energias renováveis com critérios de sustentabilidade socioambiental. Ressaltamos, também, a necessidade de se estabelecer ações e uma legislação comum de estímulo ao cooperativismo, à capacitação, à formação e ao intercâmbio entre esses setores, estimulando a estruturação das cadeias produtivas.”

O COOPERATIVISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Cooperativismo
fortalece a coesão social
no Mercosul

A importância socioeconômica do cooperativismo na América do Sul não é recente. Os empreendimentos organizados sob a forma de pequenas e médias empresas ou cooperativas contribuem tradicionalmente para a ampliação da oferta de emprego e o combate à precarização das relações de trabalho; para a distribuição de renda e o acesso ao crédito; para a garantia da soberania alimentar e para a consolidação de assentamentos da reforma agrária.

Esse modelo produtivo também favorece a inserção competitiva da região no mundo globalizado, ao mesmo tempo em que garante maior participação e inclusão social. Ao substituir o individualismo pela ação coletiva e investir em conceitos como solidariedade, confiança e organização funcional dos grupos, o cooperativismo consolida-se como uma dimensão crucial do desenvolvimento dos países da região.

No Brasil, só no setor de alimentos, as cooperativas são responsáveis pela produção de 80% do trigo nacional e 40% da produção de leite, além de grande quantidade de carne, mel, hortifrutigranjeiros, milho, soja e seus derivados. As exportações do setor devem ultrapassar a marca de US\$ 1,3 bilhão de dólares em 2007. Os pequenos proprietários – de áreas de até 50 hectares – representam 77% de todos os cooperados rurais.

Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul

O cooperativismo tem importante presença na América do Sul e registra mais de 15 mil organizações que associam 22 milhões de cooperados. É marcante a participação das cooperativas nos setores agroalimentar, de habitação, de distribuição de alimentos, de saúde, financeiro, de serviços públicos e de seguros, entre outros. As cooperativas do Mercosul representam um importante segmento para a dinamização da economia local e contribuem consideravelmente para o desenvolvimento sustentado de localidades, países e regiões.

Em outubro de 2001, por recomendação do Fórum Consultivo Econômico e Social, o Grupo Mercado Comum criou a Reunião Especializada de Cooperativas (RECM), que conta com representação governamental e social do cooperativismo dos países que integram o Bloco. A RECM tem como principais objetivos harmonizar e aperfeiçoar as legislações nacionais; promover o reconhecimento do cooperativismo e da economia social como um setor diferenciado; coordenar a cooperação

mútua em políticas de promoção, formação, assistência técnica e capacitação; unificar as bases de dados e criar um observatório regional.

A seção brasileira da RECM é coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e conta com a participação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A RECM é composta por uma Presidência Pro Tempore (seguindo o rodízio regulamentar do Mercosul) e por uma Secretaria Técnica Permanente, com sede em Montevidéu. Os trabalhos estruturam-se em torno de grupos técnicos temáticos e atualmente estão em funcionamento os Grupos de Legislação, Comunicação e Capacitação. A RECM realiza pelo menos uma reunião plenária semestral no país que a está presidindo.

Dentre os resultados alcançados merecem destaque os trabalhos de levantamento, sistematização e diagnóstico do cooperativismo na região, como a publicação de estudos relacionados ao regime legal das cooperativas do Mercosul, o levantamento feito pelo comitê jurídico sobre o impacto das cargas tributárias nas cooperativas da região e a elaboração de estudo relacionado às Políticas Públicas Aplicadas ao Cooperativismo no Mercosul.

Outro resultado importante consiste na organização de uma série de eventos presenciais, como seminários e encontros diversos, que têm contribuído para ampliar a difusão da cultura cooperativista e para dar maior visibilidade ao setor. Foram realizados, entre outros, três encontros de fronteiras com o objetivo de avaliar o potencial de integração do coope-

As cooperativas do Mercosul representam um importante segmento para a dinamização da economia local

rativismo da região; um Seminário Internacional de Políticas Públicas de Apoio ao Cooperativismo; um Seminário em conjunto com a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), que teve a participação de parlamentares da União Européia.

Para fortalecer a capacidade institucional da Reunião Especializada, foram assinados convênios com diversas organizações de fomento ao cooperativismo, em especial com a Confederação Espanhola de Economia Social (Cepes) e com a União Européia.

Os principais desafios para a RECM são a elaboração do Estatuto Mercosul para o fomento do cooperativismo regional e a ampliação do Mercosul Cooperativo, por meio da inclusão da Bolívia, do Chile e da Colômbia, dando seqüência à recente incorporação do setor cooperativo da Venezuela.

INVESTIMENTO PRODUTIVO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



4

Focem: minimizar
as assimetrias regionais

O sentido social da harmonização
das normas técnicas

Responsabilidade social:
um compromisso da Petrobras

FOCEM: MINIMIZAR AS ASSIMETRIAS REGIONAIS

Uma ferramenta
financeira a serviço
da integração regional

O tratamento das assimetrias entre os países converteu-se, nos últimos anos, em um dos temas centrais da agenda do Mercosul. A ênfase dada a essa discussão atende a uma antiga demanda dos setores produtivos dos países de economias menores. É certo que as desigualdades regionais não se iniciaram com a integração dos mercados. Elas são um fenômeno estrutural anterior, de natureza econômica, política, social e mesmo física, que deve ser tratado por meio de incentivos e de políticas governamentais. Hoje há um consenso de que as assimetrias constituem uma barreira à maior integração regional, assim como a exclusão social é um obstáculo ao desenvolvimento nacional. O Brasil entende que a melhor resposta às assimetrias é a promoção da integração produtiva, a geração de empregos e renda.

O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) foi criado para minimizar os

desequilíbrios e as assimetrias existentes entre os países do Bloco. Instituído em junho de 2005 por decisão do Conselho Mercado Comum (CMC), o Focem, com sede em Montevideu, é uma ferramenta financeira fundamental para a integração regional. O Fundo destina-se a financiar projetos de desenvolvimento da infra-estrutura física e melhoria da competitividade de empresas, bem como programas de coesão social.

O Focem dispõe de US\$ 100 milhões de dólares por ano. O Brasil contribui com 70% desse montante – o restante vem da Argentina (27%), do Uruguai (2%) e do Paraguai (1%). A distribuição dos recursos ocorre na ordem inversa: o Paraguai fica com 48% e o Uruguai, com 32%. Projetos na Argentina e no Brasil não podem ultrapassar, em cada país, 10% dos recursos do Fundo. Embora o Focem priorize a área da infra-estrutura, os governos decidiram reverter parte desses recursos para projetos de coesão social.

Desenvolvimento social em assentamentos no Uruguai

O Projeto "Intervenções Múltiplas em Assentamentos Localizados em Territórios de Fronteira com Situações de Extrema Pobreza", a ser realizado no Uruguai, contribui para o desenvolvimento social, especialmente nas áreas de fronteira, propiciando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e atuando em questões relativas à redução dos níveis de pobreza, desemprego, informalidade, meio ambiente e gênero. Ao considerar a promoção dos direitos dos cidadãos e das cidadãs e a participação da

sociedade civil, o projeto contribui para o desenvolvimento de ações específicas orientadas para a melhoria das condições de vida de populações vulneráveis, que habitam assentamentos situados em territórios fronteiriços e que apresentam graves problemas ambientais. O projeto tem por objetivo a seleção, a capacitação e o desenho de intervenções para a melhoria das condições de moradia e saúde, com especial enfoque à saúde sexual e reprodutiva.

Mais dignidade para catadores de lixo do Uruguai

O Projeto "Desenvolvimento de Capacidades e Infra-Estrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos", também no Uruguai, visa a contribuir para o aprimoramento de processos de formalização e dignificação do trabalho do classificador de resíduos urbanos em departamentos do interior do Uruguai, com ênfase especial aos localizados na fronteira do país. Tem também o objetivo de contribuir para a redução de impactos ambientais e riscos sanitários derivados da coleta e da eliminação informal de dejetos (aterros de lixo, contaminação de cursos de água, aparecimento de vetores e roedores) e da disposição final de resíduos (período de vida de depósitos e aterros sanitários), em cada um dos departamentos participantes do projeto. Finalmente, promove a participação da comunidade no desenvolvimento de modelos de administração de resíduos urbanos com inclusão social para os catadores de lixo.

Geração de renda nas fronteiras uruguaias

O principal objetivo do Projeto "Economia Social de Fronteira", no Uruguai, é apoiar as comunidades em seus esforços de redução da pobreza e inclusão social, a partir da geração de empregos dignos que forneçam rendas estáveis para os quatrocentos domicílios participantes. Os benefícios do projeto, que envolvem cerca de 1.700 pessoas, materializam-se na criação e na consolidação de cem unidades produtivas nos departamentos de fronteira do país, com vistas a mitigar a pobreza por meio da geração de renda das famílias atendidas pelo Plano de Atenção Nacional de Emergência Social (Paes). O projeto também propicia a realização de estudos de mercado com vistas a identificar as potencialidades regionais para o desenvolvimento local.

Apoio às microempresas melhora a gestão e aumenta a produção

O "Programa de Apoio Integral às Microempresas", implantado no Paraguai, tem como objetivo melhorar a capacidade de gestão das microempresas por meio de estímulo à produtividade e ao aumento dos salários dos trabalhadores. O programa possui três componentes: qualificação e assistência técnica, desenvolvimento do associativismo administrativo e centro de informação da microempresa. Abrange dez departamentos da região oriental do Paraguai e beneficiará cerca de 3 mil microempresas.

Mercosul-Habitat: casas nas periferias

O Projeto "Mercosul-Habitat: Promoção Social, Fortalecimento Humano e Capital Social em Assentamentos em Condições de Pobreza" tem o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida nos domicílios dos assentamentos urbanos de periferias pobres do Paraguai. O projeto visa à aquisição da casa própria, ao melhoramento dos serviços básicos (água, saneamento, energia elétrica) e ao fortalecimento do capital humano e social. Em um período de 18 meses, pretende-se construir e/ou melhorar 1.300 residências, situadas em seis assentamentos selecionados, instalar e colocar em funcionamento 22 microempresas, realizar cursos para o melhoramento do capital humano e realizar oficinas de promoção do programa.

Projeto fortalece produção familiar no Paraguai

Para melhorar a vida dos pequenos produtores paraguaios e fortalecer a agricultura familiar, foi criado o Projeto "Aumento da Produtividade de Algodão e Milho Através de Práticas Conservacionistas de Produção". O projeto adota práticas conservacionistas de manejo do solo e das florestas, tanto na lavoura de subsistência, quanto na produção destinada ao mercado, para melhorar a qualidade de vida dos produtores agrícolas. Por meio do projeto, os agricultores familiares adquirem conhecimentos e meios suficientes para iniciar o processo de mudança do modelo tradicional de produção (com arado) para um sistema sustentável, utilizando adubos verdes, insumos agrícolas, implementos de

tração humana e animal para recuperar os solos degradados e aumentar a produtividade dos cultivos.

Projetos em análise no Focem

Água potável e saneamento básico

O Projeto "Mercosul-Yporá – Promoção de Acesso à Água Potável e Saneamento Básico em Comunidades Pobres e Extremamente Pobres", no Paraguai, tem como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades em situação de pobreza e extrema pobreza, localizadas nos assentamentos urbanos e nas comunidades rurais do Paraguai. Almeja a redução do índice de mortalidade devido a doenças parasitárias e gastrintestinais de origem hídrica e relacionadas à carência de serviços de saneamento nas comunidades pobres. A ação, que pretende atingir 32.400 beneficiários diretos em 45 comunidades, consiste em melhorar o acesso à água potável e ao saneamento básico, na manutenção do saneamento básico e no fortalecimento do capital social comunitário.

Comunidades rurais e indígenas

O Projeto "Construção e Melhoramento do Sistema da Água Potável e Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais e Indígenas", no Paraguai, tem como objetivo aumentar a expectativa de vida e erradicar enfermidades epidemiológicas e endêmicas, provocadas pela precariedade das condições de vida da população. Pretende contribuir para a melhoria

da saúde e das condições de vida, reduzindo a taxa de mortalidade infantil por meio do acesso aos serviços de água e saneamento. Seu propósito é melhorar a qualidade dos serviços existentes, aumentar a cobertura e o uso sustentável dos serviços de água e saneamento em áreas indígenas, rurais e pequenas cidades, com a adoção de melhores práticas de higiene.

Saúde de fronteiras

O Projeto "Saúde de Fronteiras – Amplificação do Acesso para os Serviços de Saúde nas Regiões Fronteiriças", no Paraguai, busca ampliar o acesso aos serviços de saúde por meio da implantação de brigadas móveis e da compra de ambulâncias para os principais serviços de saúde nas regiões fronteiriças. O projeto visa à implantação de unidades de serviços e à atenção primária à saúde com o objetivo de aumentar a esperança de vida, diminuir a taxa de mortalidade, fortalecer a capacidade dos hospitais e erradicar doenças endêmicas provocadas pela precariedade das condições de vida.

Mercosul Aborígine

O Projeto "Mercosul Aborígine – Segurança e Soberania Alimentar Indígena", no Paraguai, deverá contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades indígenas situadas na fronteira com Brasil e Argentina. O projeto visa a garantir a segurança e a soberania alimentar indígena por meio do aumento de capacidades produtivas e organizacionais de indígenas que vivem em áreas rurais e urbanas. Pretende ainda melhorar o ensino básico de jovens indígenas, a capacitação laboral, a pro-

*O Focem
dispõe de US\$ 100 milhões
de dólares por ano.
O Brasil contribui com 70%
desse montante – o restante
vem da Argentina (27%),
do Uruguai (2%)
e do Paraguai (1%)*

moção do artesanato indígena e a reinserção de crianças e de suas famílias que vivem nas ruas das principais cidades do país.

Inclusão digital

O Projeto "Inclusão Digital na Educação Média", no Paraguai, tem por finalidade diminuir as taxas de analfabetismo e abandono escolar, aumentar a cobertura do sistema educacional formal e promover a educação especializada. O projeto contribui para a diminuição das disparidades no acesso à educação, por meio da adequação de espaços físicos e do estabelecimento de normas de segurança e estratégias de manutenção, aquisição e provisão de insumos e implementos técnicos. A capacitação de atores educacionais locais pretende contribuir para o desenvolvimento de projetos tecnológicos com impacto pedagógico. Cerca de quinhentas instituições de educação do Paraguai, com prioridade para as zonas fronteiriças, serão diretamente beneficiadas pelo projeto.

Crianças e adolescentes de rua

A idéia do Projeto "A Infância Incluída no Mercosul – Implementação de Centros de Desenvolvimento de Capacidades para a Inclusão Social de Crianças e Adolescentes de Rua e de suas Famílias nas Áreas Fronteiriças" é criar estruturas institucionais em zonas carentes para lidar com os desafios da pobreza e da exclusão de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. As ações concentram-se na zona da tríplice fronteira e estabelecem um sistema de comunicação e troca de experiências entre projetos semelhantes da região para abordar uma problemática comum. O projeto tem a finalidade de reduzir a exclusão social de crianças e adolescentes de rua, fortalecer suas famílias e oferecer opções para o acesso a sistemas formais de proteção nas áreas de saúde, nutrição e educação.

Projetos do BNDES

O Brasil tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do Mercosul também por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujos investimentos em vários países criam empregos e melhoram a qualidade de vida dos cidadãos e das cidadãs do Bloco.

Na Argentina, onde o gás é fundamental tanto para as fábricas quanto para o aquecimento e para a alimentação nas residências, o BNDES concedeu financiamentos de mais de US\$ 210 milhões para a ampliação dos gasodutos do país. Essas expansões representam cerca de 13,5% de toda a capacidade de transporte de gás argentino.

Outro exemplo de incentivo do BNDES é a implantação do sistema de abastecimento de

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final

Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Propugnamos a promoção de investimentos para o combate às assimetrias entre os países e no interior dos países do Mercosul, permitindo uma perspectiva conjunta de desenvolvimento socioeconômico, coesão social, complementaridade, sinergias, convergência estrutural e fortalecimento do processo de integração. Nesse sentido enfatizamos a importância de consolidação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul como um instrumento de apoio às economias menores e alocação de recursos para superar as assimetrias regionais. Entendemos que os recursos destinados ao Focem devem ser ampliados e a sua atuação monitorada pela sociedade civil. Além disso, é fundamental articular os mecanismos de financiamento existentes através da construção de um organismo regional de financiamento ao desenvolvimento no Mercosul. Ressaltamos a importância da montagem de uma infraestrutura condizente com os objetivos definidos.”

água na Província de Maldonado, no Uruguai, que recebeu financiamento no valor de US\$ 26 milhões. As obras de saneamento envolveram ampliação e melhoria da Usina Laguna del Sauce, ampliação da capacidade de adução e de reservatório de água potável do Sistema Laguna del Sauce/Sierra, melhorias operacionais no Sistema de Maldonado/Punta del Este/Punta Ballena/Punta Fría e melhorias do sistema de abastecimento de água da cidade de Pan de Azúcar.

A maior rodovia já construída no Paraguai, a Ruta 10, está sendo financiada pelo BNDES. Além de ter gerado cerca de oitocentos empregos, a construção da rodovia terá forte impacto econômico para os pequenos e grandes produtores. A rodovia facilitou a

ligação entre Salto del Guairá e Ciudad del Este, beneficiando um vasto território de produção agrícola e permitindo o transporte dos bens até os portos de exportação.

O transporte urbano de passageiros da Venezuela também foi melhorado com recursos do BNDES. O metrô de Caracas, por onde circulam diariamente centenas de milhares de pessoas, recebeu cerca de US\$ 180 milhões em financiamentos do banco brasileiro.

Há ainda de se considerar o potencial de geração de empregos industriais em todos os países do Mercosul, por meio de futuros financiamentos do BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos.



O SENTIDO SOCIAL DA HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS

Regulamentos garantem direitos do consumidor, cuidados com o meio ambiente e com a saúde dos cidadãos do Mercosul

A eliminação das barreiras técnicas ao comércio no Mercosul é discutida no Subgrupo de Trabalho nº 3. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) é o órgão do governo brasileiro responsável pela harmonização de regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade no Mercosul. Com o intuito de ampliar a integração regional e o intercâmbio comercial, o Inmetro já promoveu a harmonização de 278 Regulamentos Técnicos Mercosul (RTM) nos setores de alimentos, metrologia, avaliação da conformidade, gás natural, brinquedos, têxteis e indústria de automotivos. Trata-se de atividade fundamental para a integração regional. Embora de caráter técnico, sua ação tem impacto para a sociedade em áreas como o meio ambiente, a saúde, os direitos do consumidor, entre outras.

Alimentos

Os países que integram o Mercosul são grandes produtores e exportadores de alimentos. O setor tem significativa participação no comércio intrabloco e a harmonização de regulamentos técnicos sobre alimentos tem contribuído para eliminar os obstáculos técnicos e facilitar o intercâmbio comercial, fortalecendo, assim, o processo de integração. Dos regulamentos harmonizados no SGT Nº 3 do Mercosul, cerca de 70% resultam dos trabalhos da Comissão de Alimentos, a exemplo dos aditivos e dos corantes utilizados em alimentos, do controle do uso de agrotóxicos, bem como da rotulagem nutricional e da qualidade dos produtos *in natura*. Possui também avançada e moderna tecnologia na cadeia da produtividade do setor, o que lhe confere destacado nível da qualidade dos produtos, com conseqüente competitividade no cenário internacional, principalmente, perante a União Européia (UE), os Estados Unidos e, mais recentemente, a China.

Brinquedos

Os Estados Partes do Mercosul contam com a certificação compulsória de brinquedos pela Resolução GMC 23/2004, incorporada ao Brasil por meio da Portaria Inmetro nº 108, de 2005, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade. A resolução trata das exigências essenciais de segurança para a comercialização dos brinquedos e assegura, nos países do Mercosul, uma proteção eficaz do consumidor contra os riscos derivados de produtos que não cumprem as disposições de

segurança e saúde. Também é exigido que existam advertências ou indicação das precauções de uso no caso de determinadas categorias de jogos particularmente perigosos ou destinados a crianças pequenas.

Gás natural comprimido

As reservas de gás da Bolívia constituem um valioso recurso natural e um importante fator da integração energética da região. O interesse pelo Gás Natural Comprimido (GNC), especialmente o de uso veicular (GNV), tem crescido no Brasil e no exterior.

A América do Sul, o Brasil e a Argentina possuem a maior frota de veículos (aproximadamente 3 milhões) que utilizam o GNV. Alguns dos Estados Associados, como o Chile, também procuram disponibilizar o gás natural para o uso veicular, possibilitando assim maior integração da cadeia produtiva Mercosul-Chile.

No âmbito do Mercosul, a harmonização dos requisitos essenciais de segurança para o uso do gás natural comprimido e seus componentes, incluindo adaptadores para o abastecimento de veículos, permitirá a abertura de novos mercados para os produtos de GNC, bem como a circulação desses veículos pelos países que compõem o Bloco, favorecendo a integração e o turismo regional.

Automotivos

A Comissão de Automotivos desenvolve ações para dotar o Mercosul de regulamentos técnicos

A harmonização das normas técnicas é importantíssima em áreas como meio ambiente, saúde e direitos do consumidor

harmonizados, tanto em relação à segurança dos veículos, quanto às emissões veiculares. Essas ações favorecem o intercâmbio comercial intrabloco, ao mesmo tempo em que contribuem para a exportação para terceiros países e outros Blocos econômicos. Até o momento, foram harmonizados 44 Regulamentos Técnicos Mercosul que contribuem fortemente para a integração produtiva e potencializam vantagens competitivas para as empresas de pequeno e médio porte, consideradas de grande importância na cadeia produtiva dos países do Bloco. Brasil e Argentina destacam-se na liderança da industrialização do setor automotivo no Mercosul.

Produtos elétricos

A Comissão de Produtos Elétricos visa a harmonizar os regulamentos técnicos a respeito da segurança de produtos elétricos de baixa tensão e garantir a segurança dos consumidores na utilização dos equipamentos, em condições previsíveis ou normais de uso, além de eliminar os obstáculos que são gerados por diferenças nas regulamentações nacionais vigentes em cada Estado Parte do Mercosul.

Metrologia

A metrologia no Mercosul desempenha um papel extremamente importante na economia, bem-estar e defesa do consumidor e constitui um elemento-chave no desenvolvimento econômico e social. Os acordos comerciais estabelecidos no Mercosul determinam que os signatários aceitem não só os resultados das medições como também os sistemas de controle praticados pelas outras partes, o que pressupõe a existência de sistemas nacionais de medição coerentes e internacionalmente compatíveis.

O estabelecimento de regras claras de rotulagem, com informações na embalagem sobre a quantidade do produto, tem grande impacto social. Essas informações facilitam no momento da compra a comparação entre os preços de produtos de marcas diferentes que possuem o mesmo conteúdo nominal. Para tanto, é necessário garantir um sistema de fiscalização moderno, ágil e eficiente, com estabelecimento de tolerâncias máximas permitidas no acondicionamento de produtos pré-medidos.



RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM COMPROMISSO DA PETROBRAS

Investimentos sociais e respeito às diversidades locais

No ano de 2006 o Brasil conquistou a auto-suficiência em petróleo e a Petrobras alcançou importantes avanços. Foram recordes de produção, lucratividade e êxitos no campo da responsabilidade social e ambiental, no Brasil e nos países onde a empresa atua.

No mesmo ano o investimento da Petrobras em projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos totalizou mais de R\$ 591 milhões, tanto no Brasil, quanto no exterior. Faz parte desse valor o repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência, por meio do qual R\$ 48 milhões serão aplicados em projetos de defesa de crianças e adolescentes em situação de risco social ou pessoal.

Ainda em 2006, 742 projetos foram patrocinados pelo Programa Petrobras Fome Zero, com investimentos de mais de R\$ 176 milhões. Desde 2003, ano da criação do programa,

foram realizados 2.058 projetos e 18.035 parcerias institucionais na implantação de programas para jovens e adultos, geração de emprego e renda e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

A América Latina também registra a presença das ações da Petrobras, como ocorre, por exemplo, na Colômbia, no Equador, na Argentina, no Paraguai e no Peru.

Em 2007, a Petrobras descobriu a maior reserva petrolífera do Brasil, Campo de Tupi, na Bacia de Santos (SP), capaz de produzir entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo e gás, o que poderá elevar em mais de 50% as reservas do país.

Petrobras insere-se em iniciativas internacionais

Por acreditar que o desenvolvimento sustentável necessita da contribuição dos diversos segmentos da sociedade e, claro, da participação das comunidades, a Petrobras busca alinhar-se aos padrões internacionais de responsabilidade social por meio do apoio a diversas iniciativas internacionais de incentivo a práticas de segurança, saúde e meio ambiente, promoção da equidade e da conduta ética, combate à corrupção e redução dos gases causadores do efeito estufa, entre outras ações.

Investimentos sociais

Os investimentos sociais da área internacional são norteados pelas diretrizes corporativas, respeitadas as diversidades locais. Planos de responsabilidade social estão sendo formulados

e implementados nos países onde a Petrobras atua, de modo a garantir ações coerentes e transformadoras. Tudo embasado por um diagnóstico socioambiental participativo, realizado por especialistas locais e alinhado a um diálogo permanente com as partes interessadas.

Entre os diversos investimentos sociais da área internacional da Petrobras destacam-se:

Incentivo à educação

- Na Argentina, o Programa “*Educación para Trabajar*”, oferece cursos com reconhecimento oficial para jovens de 18 a 24 anos, a fim de favorecer sua inserção ao mercado de trabalho.
- O Programa “*Educación Vial*”, também na Argentina, promove a conscientização sobre a importância da prevenção de acidentes e o correto uso de medidas de segurança no trânsito. É destinado a jovens de escolas públicas do país e que ainda não possuem licença para dirigir.
- Na Colômbia, o Programa “*Educación Básica Primaria para Adultos*” contribui para a redução dos índices regionais de analfabetismo e a continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio.

Auto-sustentabilidade

A Petrobras apóia a Cooperativa Agrovida, na Colômbia, e oferece capacitação em economia solidária, empreendedorismo, elaboração de projetos e cultura orgânica para consolidar a cooperativa como empresa auto-sustentável. O projeto consiste na produção e na

comercialização de produtos agrícolas e atende a famílias com apoio técnico e econômico.

Em busca de uma alternativa de geração de renda, nasceu a *Asociación Mujeres Artesanas de la Cordillera*, na Colômbia. Atualmente, a associação comercializa seus produtos em feiras e exposições locais, regionais e internacionais, com o apoio da Petrobras.

Na província peruana de Talara, a Petrobras apoiou a capacitação, a gestão e a formação da cooperativa Damis Moda. Inicialmente, a cooperativa era responsável pelo fornecimento de uniformes aos empregados da Petrobras no Peru. Hoje, também confecciona roupas para fornecedores da Petrobras e outras associações da região.

Participação da força de trabalho

Ciente de que as ações solidárias são, muitas vezes, o terreno fértil sobre o qual as iniciativas de médio e longo prazo podem frutificar, a Petrobras estimula ações humanitárias com os trabalhadores. Em Quito e na província de Orellana (Amazônia equatoriana), a parceria com a Fundación Junior Achievement beneficia estudantes por meio de programas de motivação e capacitação implementados por empregados da Petrobras. As atividades estimulam a troca de experiências e o espírito empreendedor.

Ações culturais

A Petrobras respeita a cultura dos países onde atua e contribui para o fortalecimento das oportunidades de criação, produção e difusão

cultural. A empresa busca ampliar o acesso dos cidadãos aos bens culturais, além de incentivar ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social.

No Paraguai, o Projeto "*Sonidos de la Tierra*" visa a potencializar a auto-estima de crianças e jovens e a reafirmar a identidade cultural por meio da formação de escolas de música, agrupamentos musicais e associações culturais, possibilitando acesso direto à educação musical.

Consciência ambiental

Ao mesmo tempo em que interage com o ambiente e consome recursos, a Petrobras busca a ecoeficiência, o que pressupõe minimizar os impactos de suas atividades. Nesse sentido, a companhia investe em programas para preservar o meio ambiente, incentivar o desenvolvimento de uma consciência ecológica e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Na Colômbia, o Projeto "*Vigias Socioambientais*" capacita líderes comunitários com jornadas de sensibilização e formação. A iniciativa inclui o desenvolvimento de oficinas teórico-práticas para a conservação do meio ambiente. Após a capacitação, os vigias implementam, com o auxílio da companhia, projetos de descontaminação da água, saneamento básico, preservação de nascentes, entre outros.

No Equador, a Petrobras firmou convênio com a Pontifícia Universidade Católica para a realização de um inventário biológico da região. O estudo documentou sistematicamente a flora e a fauna locais, permitindo conhecer melhor

*A Petrobras
busca alinhar-se
aos padrões internacionais
de responsabilidade
social por meio
do apoio a iniciativas de
incentivo a práticas
de segurança,
saúde e
meio ambiente*

seu ecossistema. Espécies ainda desconhecidas foram encontradas e encaminhadas para estudo aprofundado.

Acesso ao esporte e à informática

A companhia firmou convênio com a *Fundación Olimpiadas Especiales* para contribuir com programas de capacitação, integração social e treinamentos esportivos para crianças e jovens portadores de necessidades especiais no Equador.

Comitês para democratização da Informática (CDI) foram criados, no Peru, com o objetivo de capacitar moradores de cinco municípios na região de atuação da Petrobras.

MULHERES, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE



5

Reunião Especializada da Mulher:
igualdade de gênero no Mercosul

Direitos Humanos e igualdade racial

Juventude conquista foro especializado
no Mercosul

REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER: IGUALDADE DE GÊNERO NO MERCOSUL

Construir um território
livre de violência contra
as mulheres

A promoção da igualdade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher têm merecido uma atenção crescente na agenda dos países preocupados com o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a defesa dos direitos humanos. O enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres integra as recomendações das agências de desenvolvimento no plano internacional.

Um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio consiste, precisamente, na promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres. Nos diferentes países da América Latina as desigualdades de gênero ainda são muito acentuadas e necessitam de políticas firmes para serem erradicadas.

No Brasil, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criada em 2003, está vinculada

diretamente à Presidência da República e é responsável pela articulação das políticas públicas federais voltadas para promoção da igualdade entre os sexos. É um desafio que vem sendo enfrentado de forma articulada, abordando questões relacionadas ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, à participação política e à violência contra as mulheres, até mesmo no espaço doméstico.

No Mercosul, a Reunião Especializada da Mulher (REM) tem atuado ativamente para harmonizar as políticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres. É um tema que pode e deve merecer maior atenção no processo de integração.

Igualdade de oportunidades

A Reunião Especializada da Mulher (REM) foi a primeira ação para incluir a temática da discriminação contra as mulheres no Mercosul. Sua criação, em 1998, atendeu à necessidade de estabelecer um foro responsável pela análise da situação da mulher e pela formulação de políticas de promoção da igualdade, em consonância com os compromissos internacionais pactuados na região.

Inicialmente subordinada ao Grupo do Mercado Comum (GMC), a REM passou, em 2002, a vincular-se ao Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP), junto a outras reuniões especializadas de caráter não exclusivamente econômico e comercial. A REM é constituída pelas representações dos Estados Partes e Associados do Mercosul.

Temas em debate

Discriminação da mulher no mercado de trabalho; qualificação e igualdade de oportunidades no acesso ao poder; trabalho decente; valorização do trabalho doméstico não remunerado; conciliação do trabalho e vida familiar; prevenção do abuso sexual nos âmbitos laboral e educacional; enfoque de gênero na macroeconomia; incorporação do enfoque de gênero na elaboração dos orçamentos nacionais dos Estados Partes e perspectiva de gênero no plano urbano-ambiental são alguns dos temas tratados com prioridade pela REM.

Outros temas importantes, como a violência contra as mulheres e o tráfico de pessoas, também fazem parte da agenda da REM, que tem buscado ampliar o conhecimento acerca desses problemas por meio da coleta de dados e informações confiáveis. O Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará é uma ferramenta importante na luta contra a violência às mulheres, e a REM está discutindo a adoção de um instrumento similar na região.

Finalmente, o empoderamento e a promoção da participação política das mulheres têm merecido grande atenção e é fonte de preocupação. A REM já expressou, por exemplo, críticas à pouca participação de parlamentares mulheres no recém-instalado Parlamento do Mercosul.

A transversalização do enfoque de gênero nas instâncias do Mercosul vem sendo alcançada, ainda que de forma pontual, com a inclusão da temática em alguns dos Subgrupos de Trabalho (como os de Indústria, Saúde, Meio Ambiente

Nos diferentes países da América Latina, as desigualdades de gênero ainda são muito acentuadas e necessitam de políticas firmes para serem erradicadas

e Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade), nas Reuniões Especializadas de Ciência e Tecnologia e de Comunicação Social, bem como nas Reuniões de Ministros de Educação e de Cultura. Merece destaque a Reunião Especializada de Agricultura Familiar que criou, no seu interior, um núcleo de gênero, bem como a Reunião de Ministros da Saúde, que incorporou em sua estrutura a Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva.

Dada a persistência da discriminação da mulher no mercado de trabalho, a REM iniciou uma aproximação com o Grupo de Alto Nível para o Emprego, para introduzir a temática de gênero nas políticas de geração de trabalho decente no Mercosul. Outra iniciativa em discussão é a articulação com a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos para a incorporação da questão de gênero em sua pauta.

Movimentos sociais

Em 2001 foi aprovada, por unanimidade, a inclusão de representantes de organizações de mulheres como observadoras permanentes nas reuniões da REM. A iniciativa aprofundou o diálogo com a sociedade civil e fortaleceu as articulações regionais e nacionais entre as mulheres. Está atualmente em discussão a ampliação dessa participação.

As organizações têm tido um papel-chave na ratificação das convenções internacionais que contribuem para o cumprimento dos compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). É o caso, também, da Convenção 156 da OIT, relativa à "Igualdade de oportunidade e de tratamento para os trabalhadores dos dois sexos: trabalhadores com responsabilidades familiares", ainda não ratificada pelo Brasil, Paraguai, Colômbia e Equador. A Convenção constitui um instrumento importante para a conquista da autonomia das

mulheres, favorece a divisão das responsabilidades domésticas e familiares e traduz-se nas políticas de compartilhamento e de valorização do trabalho doméstico não remunerado.

Com o objetivo de consolidar o trabalho realizado foi criada a Secretaria Técnica da REM, responsável, entre outras funções administrativas, pela criação e manutenção do sítio eletrônico <<http://www.mercosurmujeres.org/>>, que visa a dar maior visibilidade às ações e às decisões da REM e ampliar sua capilaridade.

Em 2007, intensificaram-se as articulações para a realização do “Encontro de Mulheres Parlamentares”, que tratará da participação das mulheres no Parlamento do Mercosul. Com a finalidade de incrementar a participação política das mulheres, está sendo elaborado, em parceria com o Departamento de Ciência Política da Universidade da República do Uruguai, um projeto de trabalho na área da participação política.

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Conclamamos os governos dos países do bloco a alocar os recursos políticos e econômicos necessários para a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher. A mesma prioridade deve ser dada à adoção de políticas públicas de atenção à saúde reprodutiva e sexual. Enfatizamos a necessidade dos governos, articulados com movimentos e organizações sociais, implementarem os compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convenção CEDAW) e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) assim como as recomendações da Reunião Especializada de Mulheres (REM).”

DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE RACIAL

A integração dos direitos dos cidadãos e das cidadãs do Mercosul

A promoção dos Direitos Humanos no Mercosul privilegia, em sintonia com a agenda internacional, um conjunto de direitos interdependentes e universais de natureza cultural, econômica, política e social. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil tem buscado, junto aos países do Mercosul, promover a troca de experiências e articular políticas conjuntas de promoção dos Direitos Humanos.

No âmbito do Bloco, esses temas são tratados na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH). Trata-se de um foro político que, tendo em conta diretrizes de organizações multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), tem por objetivo institucionalizar a discussão sobre os Direitos Humanos no Mercosul, sempre com a partici-

pação da sociedade civil. Outra atribuição da RAADH é a de coordenar ações e construir uma posição comum dos países do Bloco junto aos organismos internacionais.

Ações da RAADH

Vários programas encontram-se em fase de implementação, dentre os quais se destacam:

Niñ@sur: visa a articular os esforços nacionais em favor do cumprimento da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e adequar as legislações nacionais a este e outros instrumentos similares. O programa tem por objetivo combater a exploração sexual de crianças e adolescentes na Tríplice Fronteira e a pornografia infanto-juvenil na Internet. Além disso, o programa trabalha com adolescentes em conflito com a lei.

Cooperação para a prevenção e o combate ao tráfico e comércio de pessoas: no marco da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, esse programa promove o intercâmbio sobre políticas públicas, apóia projetos de cooperação para a prevenção dessas práticas criminosas e oferece assistência integral às vítimas. Dentre seus objetivos está a constituição de uma base de dados sobre a legislação dos Estados Partes e Associados que permita a harmonização normativa da tipificação e dos procedimentos penais relativos ao delito de tráfico e comércio de seres humanos.

Direito à Verdade e à Memória: o programa constitui um foro de cooperação técnica que busca, a partir das experiências nacionais,

promover o Direito à Verdade e à Memória como um direito humano. A iniciativa promove a troca de experiências sobre a criação e o funcionamento de mecanismos judiciais e extrajudiciais para investigar violações ao direito internacional humanitário.

Desenvolvimento de indicadores de progresso em matéria de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais: o programa pretende desenvolver indicadores que ajudem a verificar os progressos na consolidação desses direitos e atende à necessidade de formular indicadores desagregados por área geográfica, gênero, etnia, idade, renda, entre outros, para aferir a discriminação e a desigualdade existentes na região.

Educação e Direitos Humanos: durante a Presidência Pro Tempore brasileira (2006), constituiu-se o Grupo de Trabalho de Educação em Direitos Humanos da RAADH. Essa iniciativa resultou das discussões havidas no Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, realizado em Brasília. O Grupo de Trabalho (GT) tem por objetivo promover a troca de experiências sobre os Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos; incentivar o intercâmbio entre cursos de pós-graduação; e construir um mapa dessas experiências na América Latina.

Combate à homofobia: a iniciativa tem por objetivo articular os países do Bloco diante de uma posição comum para promover o tema no Conselho de Direitos Humanos da ONU e em outros fóruns internacionais. Ao mesmo tempo, visa a erradicar a discriminação por orientação

sexual nos países do Mercosul. Dentre outras ações, destaca-se o lançamento de uma campanha regional contra a homofobia, que vem sendo discutida com a sociedade civil no âmbito da RAADH.

Protocolo facultativo da convenção contra a tortura: a Presidência Pro Tempore paraguaia organizou o primeiro Seminário Regional sobre a implementação deste protocolo. O evento proporcionou o intercâmbio de experiências entre a sociedade civil e a academia sobre a criação dos mecanismos nacionais de prevenção da tortura nos países do Bloco.

Grupo de Trabalho contra a discriminação, o racismo e a xenofobia

Em setembro de 2005, a Reunião de Altas Autoridades Competentes em Direitos Humanos decidiu criar o Grupo de Trabalho contra a discriminação, o racismo e a xenofobia, com o objetivo de dimensionar o problema da discriminação racial no Mercosul, promover o intercâmbio sobre políticas nacionais e formular programas regionais de combate à discriminação. A atuação do governo brasileiro no GT é coordenada pela Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (Seppir). O GT atua de acordo com recomendações internacionais, como as da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.

A participação ativa da sociedade civil contribuiu para a ampliação da abordagem do tema, incorporando à discussão outras formas de

discriminação. Em agosto de 2007, por exemplo, realizou-se em Montevideu um Seminário sobre Diversidade Sexual, Identidade e Gênero. Na oportunidade, decidiu-se pela criação de um Subgrupo de Trabalho sobre diversidade sexual, responsável pela formulação de políticas regionais para erradicar a discriminação por orientação sexual e identidade/expressão de gênero no Mercosul.

O GT se reuniu para aprovar um plano de trabalho de apoio às iniciativas articuladas de combate ao racismo e a todas as formas de discriminação no

*A promoção
dos Direitos Humanos no
Mercosul acentua um
conjunto de direitos
interdependentes e
universais*

Mercosul. A participação da sociedade civil é um dos pontos prioritários do plano.

I Cúpula Social do Mercosul
Declaração Final
Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Comprometemo-nos com a promoção e a proteção dos Direitos Humanos no Mercosul e Estados associados, saudando a criação do Grupo de Trabalho sobre Educação e Cultura em Direitos Humanos e enfatizando a importância de assegurar o direito à verdade e à memória, reconhecer as vulnerabilidades dos migrantes e refugiados nos países do bloco, estabelecer estratégias de cooperação contra a violência e discriminação sexual, racial e étnica, a prostituição infantil e o tráfico de seres humanos e de elaborar uma declaração de compromisso comum para a promoção e a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Especial atenção deve ser dada aos direitos dos povos originários, particularmente, nas regiões de fronteira.”

“Enfatizamos a necessidade de articulação entre os movimentos e organizações sociais e populares e governos para garantir continuidade, no Mercosul e Estados associados, das recomendações da Conferência Regional das Américas sobre os avanços e desafios no Plano de Ação contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Deve ser estimulada a troca de experiências e melhores práticas para a promoção da igualdade racial no bloco. Exortamos os governos a implementar o Plano de Ação de Durban e estabelecer novos mecanismos de avaliação de progressos e desafios no combate ao racismo e todas as formas de discriminação nos países do Mercosul.”

JUVENTUDE CONQUISTA FORO ESPECIALIZADO NO MERCOSUL

Políticas públicas para a juventude começam a ser discutidas no Bloco

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, 10 milhões de jovens latino-americanos entre 15 e 24 anos estão desempregados, 30 milhões atuam na economia informal e aproximadamente 22 milhões não estudam nem trabalham. Caso não seja enfrentada com o sentido de urgência que exige, essa situação acabará por comprometer os esforços realizados em favor da inclusão social em grande parte da região. Diante dessa realidade, a discussão sobre a juventude começa a ter destaque também no âmbito do Bloco, como demonstra a recente criação da Reunião Especializada de Juventude (REJ) do Mercosul.

A REJ foi instituída em julho de 2006, durante a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Córdoba, Argentina. Trata-se de um órgão de assessoramento do Grupo Mercado Comum (GMC) para os temas relativos à juventude.

Anteriormente à sua criação, a discussão do tema já se fazia presente em outras instâncias e órgãos assessores do Mercosul, como na Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) e na Reunião Especializada da Mulher (REM). A REJ tem por objetivo promover a articulação entre os órgãos governamentais nacionais de juventude e estimular o diálogo entre esses órgãos e a sociedade civil de cada país.

A sessão inaugural da REJ ocorreu durante a Cúpula de Chefes de Estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 2007, sob a Presidência Pro Tempore do Brasil, com a participação do Brasil, da Argentina, do Paraguai, da Venezuela e da Colômbia (como observadora). O Uruguai manifestou posteriormente seu referendo às decisões da reunião.

Um exemplo da consolidação do tema juventude no âmbito do debate sobre a integração regional foi a adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), plataforma já integrada por Argentina, Paraguai, Venezuela e Uruguai. A OIJ trabalha a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens como sua principal agenda pública, com o objetivo de constituir um marco jurídico sobre os direitos dos jovens, com peso de tratado internacional.

No âmbito do Mercosul, a Convenção já é reconhecida por Paraguai, Uruguai e Venezuela. Outra ação da OIJ que envolve o Bloco é a construção do Plano Ibero-Americano de Juventude, processo de estudos e pesquisas que busca consolidar uma agenda mínima comum entre os governos na temática de juventude.

I Cúpula Social do Mercosul Declaração Final Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Entendemos que o desenvolvimento social e econômico do Mercosul passa pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude que se articulem transversalmente com as políticas de educação, trabalho decente, cultura, saúde, segurança pública, intercâmbio de jovens, turismo, meio ambiente, esporte e lazer. As políticas públicas de juventude devem ser compreendidas como prioridade por todas as gerações e devem, necessariamente, contemplar o estímulo à participação dos jovens nas esferas de decisão do Bloco.”



LIVRE CIRCULAÇÃO, PREVIDÊNCIA SOCIAL, TURISMO E ESPORTE



6

Visto de permanência amplia integração

O direito à previdência social no Mercosul

Turismo sustentável e inclusão social
no Mercosul

O esporte como fator de inclusão social
e desenvolvimento regional

VISTO DE PERMANÊNCIA AMPLIA INTEGRAÇÃO

Livre circulação
facilita trabalho temporário
e atividades produtivas
no Mercosul

O Mercosul tem avançado no processo de liberalização e harmonização dos compromissos entre os países-membros no que se refere ao acesso a mercados. A livre circulação das pessoas também avançou nos últimos anos.

O Grupo de Serviços do Mercosul, âmbito no qual o tema é tratado, registra resultados importantes no que diz respeito à internalização de normas relativas ao Acordo para Criação do Visto Mercosul, o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário e o Acordo para Facilitação de Atividades Empresariais.

Esses acordos possibilitam a integração social e aproximam o Mercosul do dia-a-dia dos cidadãos. Tanto para os trabalhadores, que buscam oportunidades de emprego, quanto para as empresas, que exploram novos negócios, a livre circulação é uma condição essencial da integração.

A circulação de pessoas é um dos indicadores de um estágio mais avançado de integração do que o de União Aduaneira, no qual ainda se encontra o Mercosul. A aprovação do Visto Mercosul antecipa, portanto, um aspecto da integração que desejamos para o futuro próximo e que permitirá a todo cidadão do Mercosul circular livremente entre os países-membros.

Acordo sobre Residência

O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul foi assinado por Brasil, Argentina e Uruguai, em 2006, com o objetivo de possibilitar a obtenção de visto de residência aos nacionais de um Estado Parte que desejam residir num dos países sócios. O Paraguai ainda estuda sua adesão, o que não impediu que o acordo passasse a vigorar no Brasil, na Argentina e no Uruguai.

O Visto Mercosul tem por objetivo facilitar a circulação temporária de pessoas físicas prestadoras de serviços no território do Bloco. A iniciativa beneficia gerentes e diretores-executivos, administradores, diretores ou representantes legais, cientistas, pesquisadores, professores, artistas, desportistas, jornalistas, técnicos qualificados ou especialistas e profissionais de nível superior. O Visto Mercosul promoverá maior circulação desses profissionais entre os Estados Partes, viabilizando a ampliação dos negócios e do comércio de serviços.

O Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário outorga licenças, matrículas ou certificados para a prestação temporária de

serviços por profissionais universitários ou de nível técnico. Os acordos de reconhecimento mútuo entre entidades profissionais dos Estados Partes são um dos principais instrumentos para harmonizar as normativas no interior dos países do Bloco, para regulamentar e fiscalizar o exercício profissional dos trabalhadores no Mercosul.

Também foram criados grupos de trabalho com o objetivo de desenvolver mecanismos e futuros acordos de reconhecimento mútuo para as seguintes profissões: Comissão de Integração de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia para o Mercosul (Ciam); Comitê de Nutricionistas do Mercosul (Conumer); Enfermagem; Câmaras de Imobiliárias de Mercosul (Cimech); Conferência Permanente de Entidades de Regulamentação e Fiscalização Profissional da Área Química dos Países do Mercosul (Proquimsu).

O Regime de Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul consiste em um visto de residência temporária ou permanente para empresários nacionais do Mercosul e visa a eliminar progressivamente os obstáculos existentes para o estabelecimento de empresários de um Estado Parte no território dos demais países. Esse instrumento incentiva a eliminação de barreiras ao comércio e maior integração entre a classe empresarial dos países do Mercosul, alavancando investimentos e novos negócios, com a conseqüente criação de novos empregos na região.

Atualmente, são reconhecidas as seguintes categorias de prestadores de serviço pelos

*A aprovação
do Visto Mercosul
antecipa
um aspecto da
integração que desejamos
para o futuro
próximo e que permitirá
a todo cidadão
do Mercosul
circular livremente
entre os
países-membros*

Estados Partes: transferências intracorporação, visitantes de negócios, prestadores de serviços sob contrato e profissionais independentes.

A VI Rodada de Negociações do Grupo de Serviços do Mercosul, finalizada em 2006, apresentou significativas mudanças e avanços referentes ao modo de prestação de serviços por movimento temporário de pessoas físicas. Foram modificados os aspectos mais restritivos ao avanço das negociações a fim de promover maior liberalização dos compromissos, como a busca da simetria normativa e o aumento dos prazos de permanência dos prestadores de serviços no território de cada sócio, assim como a retirada de barreiras que possam interferir no trabalho dos profissionais que prestam serviços em outro Estado Parte.

O DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL NO MERCOSUL

Trabalhadores podem contar
o tempo trabalhado em países
do Bloco para garantir
benefícios previdenciários

A intensificação do processo de integração regional e da globalização facilita a ampliação dos fluxos migratórios. O mesmo fato acontece no Mercosul e, de forma ainda mais acentuada, nas regiões de fronteira.

O Brasil deixou de ser um país exclusivamente receptor de mão-de-obra para se converter num país também de migrantes. Atualmente, milhares de brasileiros vivem, estudam e trabalham no exterior. O Mercosul é o destino de muitos brasileiros e o mesmo ocorre com os nacionais dos demais países: é comum que um cidadão do Mercosul resida e trabalhe no país vizinho.

Do ponto de vista da previdência social, a migração traz como consequência o fato de que muitos trabalhadores, ao contribuírem para sistemas previdenciários em países diferentes, correm o risco de não completar os requisitos para obter aposentadoria ou outros benefícios

se contarem apenas o tempo de contribuição em um dos países nos quais residiu. A forma de corrigir essa descontinuidade da previdência social e de evitar risco de pobreza dos migrantes na velhice é a celebração de acordos internacionais de previdência entre os países.

Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul

Os acordos internacionais na área da previdência são os instrumentos jurídicos que possibilitam que o tempo de contribuição em países diferentes seja considerado válido em todos países acordantes para garantir o benefício previdenciário proporcional ao tempo de contribuição em cada um deles. Dessa forma, os trabalhadores poderão computar o tempo trabalhado nos países signatários e garantir seus benefícios. O Brasil já mantinha acordos bilaterais com Argentina, Paraguai e Uruguai.

O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul foi assinado em 1997, no Uruguai, pelos chanceleres da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, durante a XIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, e teve sua vigência fixada em 2005, em substituição aos acordos bilaterais existentes entre os Estados Partes. A entrada em vigor do acordo do Mercosul não prejudica os direitos adquiridos na vigência dos acordos bilaterais.

São garantidos os seguintes benefícios para quem atua em mais de um país no âmbito do acordo: aposentadoria por idade (voluntária ou compulsória), aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte. Outra

proteção prevista é a isenção de contribuição no país de destino durante o deslocamento temporário inferior a 12 meses, prorrogável por igual período, desde que autorizado pelo país de destino. Nesse período, o trabalhador mantém seu vínculo e direitos sempre no país de origem, não necessitando, portanto, requerer esse tempo trabalhado na forma do acordo.

No Brasil, o acordo é operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), de forma descentralizada, mediante 14 organismos de ligação vinculados às gerências-executivas do INSS em Manaus, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Cuiabá, Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Distrito Federal, que são responsáveis pela análise e pela concessão dos benefícios.

Direitos e obrigações

A aplicabilidade do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul depende da uniformidade de entendimento do que sejam direitos e do que sejam obrigações, tanto dos trabalhadores, quanto dos Estados Partes. Esse entendimento deve ser baseado em terminologia comum e interpretação também comum de seu significado. Para harmonizar a terminologia relativa à seguridade social foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial (Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). O GT tem a finalidade de elaborar uma nomenclatura da seguridade social brasileira, que será comparada com as dos demais países-membros do Mercosul, visando a facilitar o entendimento e

*O Acordo
Multilateral de Seguridade
Social do Mercosul
foi assinado em 1997,
no Uruguai, pelos
chanceleres da Argentina,
do Brasil, do Paraguai
e do Uruguai*

a uniformizar a compreensão do significado das diferentes nomenclaturas.

O Brasil também apresentou aos demais países integrantes do Mercosul, no âmbito do Subgrupo de Trabalho nº 10 (Assuntos laborais, emprego e seguridade social – SGT Nº 10), a proposta de elaboração de uma declaração de princípios da seguridade social dos países-membros, com o objetivo de criar um instrumento que permita o balizamento da legislação de cada Estado Parte em conformidade com tais princípios.

Além disso, o Brasil tem contribuído para esse debate no campo da tecnologia. A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) é responsável pelo desenvolvimento do sistema que permitirá o intercâmbio de dados de seguridade social entre os países do Mercosul e agilizará a concessão de benefícios no âmbito do Acordo Multilateral de Previdência Social do Mercosul aos trabalhadores migrantes.

O sistema será utilizado pelos órgãos de seguridade social da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. O Brasil também se destaca no desenvolvimento de estudo sobre a previdência social nas fronteiras do Bloco.

O Acordo de Seguridade Social do Mercosul representa um avanço significativo para a extensão dos direitos previdenciários para trabalhadores migrantes formais, de modo que vários tipos de benefícios podem ser combinados para proporcionar uma cobertura adequada para as populações do Bloco. A agenda de integração regional, contudo, ainda tem importantes desafios pendentes para o médio e longo prazos, como o de proporcionar maior integração para os pequenos produtores, o de acolher de maneira mais adequada a produção integrada ao longo das fronteiras, o de possibilitar a liberação da circulação de trabalhadores e o de construir uma cidadania regional.

O Acordo de Seguridade Social do Mercosul representa um avanço significativo para a extensão dos direitos previdenciários para trabalhadores



TURISMO SUSTENTÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL NO MERCOSUL

Promoção do desenvolvimento regional por meio do turismo

O Ministério do Turismo (MTur) busca associar o apoio à atividade turística às políticas de inclusão social, realçando o vínculo entre a prática do turismo e o desenvolvimento sustentável. O "Plano Nacional de Turismo 2007-2010: Uma viagem de inclusão" traz as principais estratégias do governo para o setor nos próximos quatro anos. Alinhada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a proposta tem como foco a inclusão social e prioriza o fortalecimento do mercado interno, além de estimular a geração de empregos e a redução das desigualdades regionais por meio do fortalecimento do turismo.

A atuação do Ministério do Turismo também é verificada no plano externo, sobretudo no que diz respeito às relações com os países do Mercosul e Estados Associados. Com a Argentina, por exemplo, é desenvolvida cooperação técnica nas áreas de pesca esportiva

e de certificação do turismo sustentável de ambos os lados da fronteira. O Brasil também atua em parceria com o Chile para o desenvolvimento do turismo social, já que o país andino desenvolve há sete anos programas específicos para incentivar as viagens de aposentados e estudantes.

No âmbito do Mercosul, as negociações acontecem nas Reuniões de Ministros de Estado de Turismo e nas Reuniões Especializadas em Turismo do Mercosul. Ambas atuam com vistas a coordenar as políticas de turismo, promover o aumento do turismo intrabloco, assim como entre o Mercosul e os países terceiros.

Merecem destaque o Projeto de Promoção Turística do Mercosul no Japão – com atuação conjunta dos quatro países, em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), com o objetivo de aumentar o fluxo de turistas japoneses para a região – e o Projeto de Fronteiras, que busca eliminar os entraves ao fluxo de pessoas entre as fronteiras do Mercosul, com o objetivo de facilitar o trânsito de turistas e fortalecer o intercâmbio regional.

Combate ao turismo sexual de crianças e adolescentes

Outra ação que traz importantes resultados para a região é o Programa Turismo Sustentável e Infância, coordenado pelo Brasil. Esse programa foi idealizado por orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tem por objetivo ampliar a proteção de crianças e adolescentes contra todas as formas de violência e exploração sexual.

Ao Ministério do Turismo cabem ações relacionadas à cadeia produtiva do turismo, à sociedade civil e a representantes de diversos órgãos e instituições públicas ligadas ao setor. São realizadas campanhas publicitárias em grandes eventos e feiras regionais, seminários de sensibilização com funcionários e empresários da cadeia produtiva para combater e punir práticas de violência sexual contra crianças associadas ao turismo.

Com o foco na proteção e na garantia dos direitos da criança, o programa visa a esclarecer e a fomentar no setor turístico a adoção de projetos de responsabilidade social corporativa e a estimular a mobilização social para a promoção e a proteção dos direitos da criança. O MTur também coordena um grupo de ação em parceria com os países da América Latina, tendo como objetivo a implantação do programa nesses países.

O Ministério do Turismo (MTur) busca realçar o vínculo entre a prática do turismo e o desenvolvimento sustentável no Mercosul



O ESPORTE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Promover a
integração do esporte
no Mercosul

O esporte é um dos principais meios para a inclusão social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, além de cumprir um importante papel econômico como gerador de emprego e renda. É a partir do entendimento do esporte como um meio de desenvolvimento das nações e da região que o Ministério do Esporte vem trabalhando pelo fortalecimento do tema junto aos países do Mercosul. Os objetivos são democratizar o acesso ao esporte, elevar o nível técnico e captar a realização de grandes eventos esportivos nos países do Bloco.

Para atingir tais metas, o Brasil tem participado de eventos regionais promovidos por diferentes instituições governamentais, não-governamentais e acadêmicas da região, como o Congresso Nacional de Desporto Social, realizado na Argentina, em 2007; o Encontro do Fórum Latino-americano e do Mercosul de Democratização da Educação Física, do

Esporte e da Recreação, promovido pela Universidade Ibero-americana da Venezuela em 2007; e o Mercomovimento, evento da Rede Mercocidades, realizado em Santa Maria - RS, em 2007.

O Brasil também participa do projeto Futebol de Rua, lançado por iniciativa da Argentina e voltado para a inclusão social de crianças e adolescentes carentes do Mercosul. O projeto pretende promover o desenvolvimento humano por meio do futebol, esporte tão popular na região.

Jogos Sul-Americanos Escolares de 2008

O governo brasileiro tem apoiado os Jogos Sul-americanos Escolares, que estão em sua 13ª edição. Esses jogos buscam desenvolver o esporte escolar, respeitando as peculiaridades das crianças entre 12 e 14 anos, com finalidades educacionais, culturais e de integração regional. Os jogos são planejados e executados a partir de reuniões dos técnicos responsáveis pela área em cada país e então aprovados pelo Conselho Sul-Americano do Esporte (Consude). O Brasil vai sediar a próxima edição dos Jogos, que será realizado em 2008, no Rio de Janeiro.

Em 2006, o Brasil foi sede dos Jogos Sul-Americanos Universitários, que ocorreram em Curitiba, Paraná. O evento serviu para aproximar os objetivos do esporte universitário do processo de integração regional, por meio do trabalho conjunto entre a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) e a Confederação Sul-americana de Desporto Universitário (COSUD).

O Brasil vai sediar ainda o maior evento esportivo do mundo no âmbito universitário – as Universíades – em 2013, conquista importante para a América do Sul. Todos esses eventos contam com participação dos Estados Partes e Associados do Mercosul.

O Pan do Brasil

Os Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro em 2007 propiciaram a realização de numerosas reuniões bilaterais entre os países da América do Sul presentes na competição. Nessas oportunidades, os vizinhos sul-americanos mostraram-se interessados em estabelecer cooperação com o Brasil no campo do esporte, principalmente em torno de experiências como o Programa Segundo Tempo, Pintando a Liberdade e Esporte e Lazer da Cidade, programas focados na democratização do acesso ao esporte e na inclusão social.

O Brasil tem assento no Conselho Sul-americano de Desporto (Consude) e já presidiu de 2003 a 2005. O conselho reúne os Ministros do Esporte com o objetivo de desenvolver ações conjuntas na região, tanto para o esporte escolar, quanto para aprofundar o intercâmbio técnico, científico e de gestão pública. Nesse foro, o Brasil participou da comissão que propôs um termo de cooperação entre esses países, colocando a inclusão social por meio do esporte como fator preponderante para o desenvolvimento regional.

Em 2007, o Brasil foi escolhido pela Fifa para sediar a Copa do Mundo em 2014. O futebol é o esporte mais popular entre os países do Bloco e a escolha do Brasil, sem dúvida, vai ampliar o intercâmbio de turistas do Bloco. A primeira Copa do Mundo no Brasil foi realizada em 1950 e em 2014 o país será sede de uma Copa pela segunda vez na história. Em 1978, foi a vez da Argentina sediar o mundial. O Uruguai e o Chile também foram anfitriões das Copas do Mundo de 1930 e 1962, respectivamente.

Diretrizes do governo brasileiro para a integração regional por meio do esporte

- Fortalecer a integração política, econômica, social e cultural pelo esporte, construindo espaços de unidade, identidade e elaboração conjunta nos eventos esportivos regionais.
- Estabelecer cooperação efetiva entre os países da região, principalmente nas áreas com alto índice de população em estado de vulnerabilidade social.
- Promover o intercâmbio técnico e de gestão pública no âmbito da organização de grandes eventos esportivos, tendo como centro o desenvolvimento nacional e regional, combinando projeção técnica e organizativa com legados sociais.
- Possibilitar a transferência de conhecimento e tecnologia sobre os programas esportivos sociais (que visam à inclusão social) e sobre a realização das Conferências Nacionais de Esporte (experiência de participação social desenvolvida pelo Brasil).



SEGURANÇA PÚBLICA, DESCENTRALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL



7

Segurança pública com
cidadania no Mercosul

Participação de estados e municípios
estimula a descentralização

Comunicação social: democratizar o acesso
à informação no Mercosul

SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA NO MERCOSUL

Cuidar da segurança
do cidadão do Mercosul

Política migratória, segurança pública regional e combate ao tráfico de pessoas são alguns dos temas especialmente sensíveis do processo de integração. Nessa área, o objetivo primordial é promover a aproximação entre os habitantes da região e facilitar a vida de todos. Já foram firmados acordos que prevêm desde a isenção de tradução de documentos necessários à imigração, até a residência para cidadãos do Mercosul, passando pela isenção de vistos e pela regularização migratória interna.

Mas não basta facilitar o trânsito de bens e de pessoas. Há também de combater a circulação ilegal de produtos e indivíduos. Por isso, tem sido uma preocupação dos países do Mercosul desenvolver mecanismos de combate aos ilícitos transnacionais, em especial ao crime organizado.

Os países da região já possuem instrumentos jurídicos, políticos e técnicos capazes de

respaldar ações entre suas forças policiais, a exemplo do Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional, do Plano Geral de Segurança Regional, do Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul (Sisme) e do Compromisso de Buenos Aires para a Segurança Regional.

Uma série de outros instrumentos de caráter operativo procura complementar ações de combate a atividades delituosas específicas, entre elas o contrabando, a pirataria, o roubo de veículos e o terrorismo.

Segurança pública regional

As ações do Ministério da Justiça no campo da segurança pública e na área migratória do Bloco são realizadas no âmbito institucional da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul (RMI), criada em 1996. Compete à Reunião de Ministros do Interior "avançar na cooperação e coordenação das políticas e tarefas relativas à segurança e à harmonização das legislações em áreas pertinentes, a fim de aprofundar o processo de integração e dar segurança aos habitantes dos países que compõem o Mercosul".

A Reunião de Ministros do Interior trata de temas como o combate ao narcotráfico, terrorismo, lavagem de dinheiro, contrabando, tráfico de menores, roubo e furto de veículos automotores, tráfico ilícito de material nuclear ou radioativo, migrações clandestinas e depredação do meio ambiente.

Com o Compromisso de Buenos Aires sobre Segurança Regional no Mercosul, assinado na

capital argentina, em 2006, constatou-se que o Foro de Ministros de Interior já dispunha de uma estrutura jurídica e de um vasto acervo de acordos e protocolos em vigor para respaldar ações integradas entre suas forças policiais, cabendo aos Estados Partes e Associados a tarefa de implementá-los e operacionalizá-los.

Como forma de estabelecer prazos determinados e ações específicas para implementar as recomendações do compromisso, os Ministros do Interior decidiram elaborar um plano de ação bianual de segurança pública do Mercosul, promovendo ampla cooperação para o combate à criminalidade, principalmente em quatro áreas: fortalecimento institucional da RMI, intercâmbio de informação de segurança, coordenação e cooperação operacional e capacitação.

Reestruturação institucional: para aproximar o trabalho entre as autoridades policiais e as de investigação criminal, de modo a facilitar o combate aos delitos transnacionais na região, a Reunião de Ministros do Interior do Mercosul foi reestruturada e aprovou-se um novo regimento interno que está prestes a ser ratificado.

Aceleração da implementação do Sisme: está em fase de conclusão a implementação do Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul (Sisme), que tem por objetivo agilizar o acesso às informações sobre veículos roubados e iniciar os trabalhos técnicos para a troca de informações sobre pessoas e armas. Também será elaborado um manual operativo para usuários do sistema.

Aumento das operações policiais coordenadas: serão implementadas ações com vistas à

*Não basta
facilitar o trânsito
de bens e de pessoas;
há de combater
a circulação
ilegal de produtos
e indivíduos*

coordenação e à cooperação operacional entre as forças policiais nacionais, com o objetivo de avaliar as operações existentes e ampliar o calendário de futuras operações conjuntas.

Fortalecimento da capacitação policial: ampliação da oferta de cursos de capacitação e diversificação das matérias abordadas; projeto de publicação de uma revista sobre segurança pública do Mercosul, cujas fontes de financiamento estão por ser definidas; acesso às informações do Centro de Coordenação e Capacitação Policial na página oficial do Mercosul.

Merece destaque a atuação da Reunião de Ministros do Interior no que diz respeito à segurança de grandes eventos. Os Jogos Pan-Americanos, realizados no Rio de Janeiro em 2007, por exemplo, tiveram a cooperação e o intercâmbio de informações entre o Grupo de Trabalho sobre Terrorismo, o Grupo de Trabalho de Combate ao Tráfico Ilícito de Material Nuclear e Radioativo e o Grupo de Trabalho sobre Segurança Cidadã.

Na área migratória, o objetivo prioritário é implementar o Acordo para Residência para Nacionais do Mercosul, que visa a garantir o direito dos cidadãos dos Estados signatários a estudar, trabalhar e residir temporariamente nos países do Bloco. No plano internacional, o Mercosul defende a integração das pessoas e o tratamento dos estrangeiros sob a ótica dos Direitos Humanos, e não do direito penal.

Reunião de Ministros da Justiça

A Reunião de Ministros da Justiça (RMJ) foi criada na primeira Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), em dezembro de 1991. Sua principal função é desenvolver a cooperação jurídica e harmonizar as legislações na área da justiça.

Em preparação à reunião ministerial, realiza-se, três vezes por semestre, o Encontro da Comissão Técnica, instância de assessoramento e elaboração dos diversos acordos submetidos à Reunião Ministerial. Subordinado à Comissão Técnica, é realizado o Encontro do Foro de Autoridades Centrais em Matéria de Cooperação Jurídica Penal, destinado a acompanhar e estabelecer mecanismos comuns com vistas à efetiva implementação do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal do Mercosul. Há ainda o Foro de Autoridades Centrais em Matéria de Extradicação e o Foro de Autoridades Centrais em Matéria de Transferência de Presos, destinados, respectivamente, à implementação do Acordo sobre Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul e do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul.

Durante a última Presidência *Pro Tempore* brasileira (2º semestre de 2006), deu-se seguimento às ações para fortalecer, intensificar e agilizar a cooperação jurídica em matéria civil, penal e comercial entre os Estados Partes. A Presidência *Pro Tempore* brasileira também elaborou e publicou o Compêndio de Normas Emanadas da Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, que trata diferentes temas, como a cooperação jurídica, as medidas cautelares, a arbitragem comercial, a extradição, a relação de consumo, transporte e pessoas condenadas.

Também foi publicado o Guia de Boas Práticas para extradição, que tem por objetivo tornar o trâmite processual mais ágil, seguro, eficaz e econômico, bem como prestar esclarecimentos sobre o assunto para os interessados.

O campo de abrangência da RMJ é amplo e inclui, entre outros temas, a prevenção, a repressão e a punição ao tráfico de pessoas; a proteção dos menores; a garantia de tratamento equitativo aos cidadãos e cidadãs do Mercosul; garantia do livre acesso à justiça para defesa dos direitos dos cidadãos do Mercosul; a harmonização das legislações nacionais.

Prioridades para o futuro

- Publicação do Guia de Boas Práticas em relação à assistência jurídica mútua em matéria de tráfico de pessoas, visando a melhor divulgação das normas dos Estados do Bloco junto aos operadores de justiça e às pessoas vinculadas à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas.

- Reconhecer a importância da cooperação entre as forças de segurança e policiais com os organismos responsáveis pela cooperação jurídica internacional em matéria penal, a fim de lutar contra o crime organizado transnacional e delitos correlatos.
- Instrumentar a criação de uma rede capaz de identificar os pontos de contato institucionais entre as autoridades envolvidas diretamente com a aplicação da cooperação jurídica internacional.
- Dar continuidade ao combate ao tráfico de pessoas, com a possibilidade de realizar investigações e operações policiais conjuntas.

*No plano internacional,
o Mercosul
defende a integração
das pessoas
e o tratamento
dos estrangeiros
sob a ótica
dos Direitos Humanos,
e não do
direito penal*

I Cúpula Social do Mercosul
Declaração Final
Brasília, 13 de dezembro de 2006

“Exortamos nossos governos a ratificar a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias e promover a respectiva normativa do Mercosul com vistas à convergência dos marcos jurídicos desses direitos em nossos países, respeitando os direitos humanos dos migrantes independentemente de seu *status* migratório e multiplicando esforços para combater o tráfico de pessoas e a exploração sexual. Enfatizamos que as mulheres e as crianças são mais vulneráveis e expostas às violações desses direitos.”

PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS ESTIMULA A DESCENTRALIZAÇÃO

Foro Consultivo de Municípios,
Estados Federados, Províncias
e Departamentos aproxima
o Mercosul do cidadão

Em 2007, no Rio de Janeiro, durante a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, foi instalado o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), em resposta a uma demanda dos governos locais da região. O Foro busca orientar os governos nacionais sobre a importância dos atores locais na integração regional. Trata-se do espaço institucional que garante a participação das autoridades regionais e locais – governadores e prefeitos diretamente eleitos – no Mercosul. O FCCR fortalece a dimensão política e a legitimidade democrática do Bloco e aproxima o Mercosul do cidadão, descentralizando e democratizando o processo de integração.

Criado na Cúpula de Ouro Preto, em 2004, o Foro Consultivo é um organismo vinculado ao Grupo Mercado Comum e constitui-se como espaço de participação direta dos governos subnacionais na estrutura institucional do

Mercosul. É composto por dois comitês: o de municípios e o de estados federados, províncias e departamentos. Cada país-membro designa até dez representantes para cada comitê. O acompanhamento das ações da FCCR é feito pelos coordenadores nacionais designados por seus governos e as reuniões do FCCR ocorrem no marco das Cúpulas dos Presidentes do Mercosul.

O FCCR reúne os governos subnacionais dos Estados Partes em torno da agenda comum do Mercosul e da integração regional, valorizando e potencializando as diversas experiências em andamento, tais como relações entre governos estaduais, redes de cidades, consórcios municipais binacionais, entre outras. A instituição do FCCR dinamiza e renova a agenda política do Mercosul, aproximando-o ainda mais dos governos nacionais, estaduais, regionais, locais e da sociedade civil.

No âmbito do Plano de Ação elaborado pelo Comitê de Estados, foram definidos encontros entre governadores das diversas sub-regiões. O primeiro deles, realizado na província de Tucumán, Argentina, reuniu governadores do Nordeste brasileiro e do Noroeste argentino. Na oportunidade, governadores e ministros de Estado dos dois países assinaram a Agenda de Tucumán, que previa ações de cooperação nas áreas de desenvolvimento regional, turismo, técnico-científica e universitária. O próximo encontro previsto ocorrerá em Belém do Pará, no Brasil, e reunirá governadores e autoridades das regiões platina, andina e amazônica do Mercosul.

Representantes do Brasil no FCCR

Coordenação nacional

Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Comitê de estados, províncias e departamentos

Pará

Governadora Ana Júlia Carepa
Coordenadora do Comitê de Estados

Acre

Governador Binho Marques

Amazonas

Governador Eduardo Braga

Bahia

Governador Jaques Wagner

Pernambuco

Governador Eduardo Campos

Espírito Santo

Governador Paulo Hartung

Rio de Janeiro

Governador Sérgio Cabral

Mato Grosso

Governador Blairo Maggi

Paraná

Governador Roberto Requião

Rio Grande do Sul

Governadora Yeda Crusius

Comitê de municípios

Santo André (SP)

Prefeito João Avamileno
Coordenador do comitê de municípios

São Carlos (SP)

Prefeito Newton Lima

Belo Horizonte (MG)

Prefeito Fernando Pimentel

Bagé (RS)

Prefeito Luiz Fernando Mainardi

Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros do Lago de Itaipu
Prefeito Cláudio Dirceu Eberhard

Frente Nacional de Prefeitos

Prefeito João Paulo Lins e Silva

Associação Brasileira de Municípios

Presidente José do Carmo

Confederação Nacional de Municípios

Presidente Paulo Ziulkoski

Carta do Rio

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2007

“Os governadores, os prefeitos e os representantes de governos locais, membros do FCCR de municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul, e os representantes dos governos nacionais, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 18 de janeiro de 2007, por ocasião da instalação do FCCR, declaram:

A integração dos países da América do Sul consolida-se de forma cada vez mais efetiva. A valorização da diversidade e da cooperação evidencia a força de nossos povos e aponta novos caminhos e possibilidades promissoras para a busca de um destino compartilhado.

A contribuição do Mercosul para esse processo é fundamental. Os avanços conquistados pelas populações dos países-membros são inegáveis. Para seguir progredindo, no entanto, o Bloco deverá fortalecer-se, incorporando cada vez mais o conjunto das sociedades que o compõem e lhe dão legitimidade.

A nova institucionalidade do Bloco, representada pela criação do Parlamento do Mercosul e da Cúpula Social, entre outras iniciativas, oferece a oportunidade de aprofundar o Mercosul e fazê-lo chegar aos cidadãos, criando uma cidadania mercosulina e uma identidade sul-americana.

O FCCR, como uma conquista dos governantes locais, regionais e nacionais, significa um espaço concreto de participação desses atores, capazes de dar resposta aos desafios da integração e do desenvolvimento nas escalas regional e local.

Nesse sentido, propõem:

1. Estabelecer o compromisso de trabalhar pela consolidação do Mercosul, por meio da ação conjunta entre os governos local, regional e nacional.
2. Iniciar os trabalhos do FCCR, com base nas propostas feitas pelos representantes durante as reuniões do Comitê de municípios e de estados federados, províncias e departamentos, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento e a concretização da Agenda do Mercosul.
3. Privilegiar o relacionamento com as demais instâncias do Mercosul, em particular com o Parlamento do Mercosul, com a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, o Foro Consultivo Econômico e Social, o Foro de Consulta Concertação e Política e o Programa Somos Mercosul.

Assim, na presença do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, os governantes locais e regionais assumem o compromisso de trabalhar intensamente pelo avanço do Mercosul em todas as suas esferas e desejam que a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul seja bem-sucedida, permitindo a construção de um Mercosul mais cidadão.”

Mercocidades

A Rede Mercocidades foi fundada em 1995 por iniciativa de prefeitos de cidades importantes do Mercosul com o objetivo de favorecer a participação dos municípios no processo de integração regional, promover a criação de um âmbito institucional para as cidades no Mercosul e desenvolver o intercâmbio e a cooperação horizontal entre os municípios da região. Desde então, a Rede tem ampliado e incorporado novos membros, contando hoje com mais de 180 cidades da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela, da Bolívia, do Chile e do Peru, com uma população de mais de 80 milhões de pessoas. Atualmente, Mercocidades é a principal rede de municípios do Mercosul e é considerada referência no processo de integração.

Unidades temáticas

A Rede Mercocidades é composta por 13 unidades temáticas que visam a construir programas conjuntos, trocar experiência e o conhecimento entre as cidades. Essas unidades temáticas são coordenadas por distintas cidades que são escolhidas anualmente na ocasião da Assembléia-Geral. São elas: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal; Ciência e Tecnologia; Cultura; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Educação; Gênero e Município; Juventude; Planejamento Estratégico; Turismo; Segurança Cidadã.

Desde seu surgimento, a Rede Mercocidades desenvolve um constante trabalho para

Mercocidades

*reúne mais de 180 cidades
da Argentina, do Brasil,
do Paraguai, do Uruguai,
da Venezuela, da
Bolívia, do Chile
e do Peru*

institucionalizar a participação das cidades no Mercosul. No ano 2000, a resposta dessa demanda foi concretizada com a criação da Reunião Especializada de Municípios e Intendências no Mercosul (Remi). Essa primeira experiência foi substituída pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR).

Com a instalação do FCCR, a Rede Mercocidades assumiu a coordenação provisória do Comitê de Municípios. Na Cúpula seguinte, realizada na cidade de Assunção em 30 de junho de 2007, foi apresentada uma proposta de regulamento para o Foro e, por consenso, foi decidido que Mercocidades continuaria coordenando o Comitê de Municípios até dezembro de 2008.

Hoje, mais de 35% das cidades que fazem parte da Rede são brasileiras. As cidades de Santo André, Belo Horizonte e Porto Alegre já foram sede da Secretaria-Executiva de Mercocidades, e a Rede tem três assentos no Comitê de Municípios, atualmente ocupados pelas cidades de São Carlos, Belo Horizonte e Santo André, sendo esta última a responsável pela coordenação do trabalho das cidades brasileiras no Comitê.

COMUNICAÇÃO SOCIAL: DEMOCRATIZAR O ACESSO À INFORMAÇÃO NO MERCOSUL

Reunião Especializada
de Comunicação Social
fortalece a divulgação
das ações do Bloco

A Reunião Especializada de Comunicação Social do Mercosul (RECS) foi criada em 1998 com o objetivo de "promover a realização de atividades conjuntas tendentes a uma maior coordenação e cooperação no plano informativo, de imprensa e na difusão do processo de integração". No entanto, essa primeira experiência de coordenação da comunicação no Mercosul, por razões diversas, não teve continuidade.

Em 2005, por ocasião da Reunião do Grupo Mercado Comum, no Paraguai, foi aprovada a reativação da RECS. No segundo semestre de 2006, a Venezuela também se incorporou. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) e o Ministério das Relações Exteriores são, desde o início, os órgãos brasileiros responsáveis pelo acompanhamento do tema.

A comunicação é ferramenta fundamental para o fortalecimento do processo de integração regional. Os resultados obtidos em pouco mais de um ano de atividade da RECS mostram avanços da cooperação entre os Estados Partes, no que diz respeito à política de comunicação, e revelam o potencial para viabilizar novas alternativas de integração na área da comunicação.

Déficit de informação

Em todos os países do Mercosul há um *déficit* de informação acerca da integração. A RECS deseja incrementar as ações nacionais de comunicação, buscando difundir o processo de integração regional a partir da sensibilização nacional.

A reativação concomitante da RECS Brasil, integrada por profissionais de comunicação de diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, visa a discutir e a apresentar soluções para essa situação no plano doméstico. Participaram da reunião da seção nacional órgãos como Radiobras, Furnas, Embrapa, TVE, Embratur, MEC, Supremo Tribunal Federal, Câmara dos Deputados e Senado.

A RECS realizou, em 2007, o Seminário "A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional", em Buenos Aires, com vistas a promover o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de ações conjuntas e integradas entre emissoras públicas de rádio, TV e agências de notícias dos países integrantes do Mercosul. Durante os três dias de realização, o seminário reuniu cerca de 120 profissionais dos cinco países. Os resultados do encontro foram

consolidados na "Carta de Buenos Aires", encaminhada aos chefes de Estado do Bloco.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República do Brasil realizou pesquisa qualitativa, dentro do programa de atividades da RECS, com jornalistas que cobrem o Mercosul há mais de dez anos e atuam em grandes veículos de comunicação. A pesquisa indicou que, apesar de o tema despertar grande interesse nos veículos, há falta de informações para a imprensa e para a população em geral sobre o funcionamento, os avanços e as dificuldades do Bloco.

A RECS Brasil também organizou o "Seminário sobre o Mercosul", voltado para jornalistas que cobrem a área internacional, com o objetivo de discutir temas específicos de interesse dos profissionais de imprensa, que deverão cobrir as próximas Cúpulas dos Presidentes do Mercosul. Os especialistas, além de participar das palestras, responderam a perguntas dos cerca de cinquenta jornalistas presentes. Os temas tratados foram Histórico e evolução do Mercosul; Comércio no Mercosul; A educação no Mercosul; Perspectivas da saúde no Mercosul; A estratégia Mercosul de Crescimento do emprego; e Parlamento do Mercosul.

Os próximos passos da RECS, já acordados entre os países-membros, prevêm as seguintes iniciativas:

- Produção de um portal de notícias do Mercosul.
- Realização do Segundo Seminário sobre Mídia Pública.

*A comunicação é
ferramenta
fundamental para
o fortalecimento
do processo de
integração regional*

- Realização de Seminário acerca da Comunicação na União Européia.
- Segundo curso sobre Mercosul para jornalistas, no Brasil.
- Realização, sempre antes das cúpulas de presidentes, de curso sobre Mercosul para jornalistas.
- Pesquisa acadêmica a respeito do papel da imprensa no Mercosul, liderada pelo grupo de pesquisa ligado à Cátedra Unesco de Comunicação Regional, sediado na Universidade Metodista de São Paulo.

As assimetrias internas no Bloco, as diferentes culturas e as experiências em comunicação de cada país não têm impedido o avanço nas negociações e na execução de projetos. Pelo contrário, tem sido um processo de aprendizagem e troca de experiências bastante proveitosas, o que mostra que é possível viabilizar uma comunicação mais eficiente e democrática no Mercosul.

ESTA PUBLICAÇÃO FOI PRODUZIDA
A PARTIR DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS
PELOS SEGUINTEs ÓRGÃOS
DO GOVERNO FEDERAL:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Ministério da Cultura
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério da Educação
- Ministério do Esporte
- Ministério da Fazenda
- Ministério da Justiça
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério da Previdência Social
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério da Saúde
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério do Turismo
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom)
- Subchefia de Assuntos Federativos (SAF)/ Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)
- Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República
- Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Petrobras S./A.

COLABORAÇÃO:

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul – contribuições ao capítulo "Democracia e cidadania: o Parlamento do Mercosul".

Prefeitura do Município de Santo André – informações sobre a Rede Mercocidades.

Patrocínio:



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

Ministério das
Relações Exteriores

Secretaria-Geral da
Presidência da República



Patrocínio:



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

Ministério das
Relações Exteriores

Secretaria-Geral da
Presidência da República

